

41A

(130)

CBPE - INEP - MEC
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CURRÍCULO E AVALIAÇÃO

Tradução - "The Concept of Culture" - Pupil Text
Publication nº 16
Anthropology Curriculum Project
University of Georgia
Athens, Georgia
- Continuação -

Religião

Todas as sociedades tem algum tipo de sistema religioso. A religião, tal como a organização social e a economia, é um elemento cultural existente em todo o mundo.

Aruntas - A religião dos aruntas é descrita como totemismo. O totem é um animal, planta ou objeto associado a um determinado grupo. Todo arunta nasce num certo grupo totêmico. Os anciãos daquele grupo escolhem o nome da criança e atribuem-lhe um grupo totêmico antes que ela nasça. Os membros de um grupo totêmico de aruntas acreditam que descendam de seu totem. Quando um arunta morre, é crença geral que seu espírito permanece no território de um grupo local, próximo a seus ancestrais totêmicos.

Cada grupo totêmico explica sua origem e sua história por meio de estórias ou mitos - Estas estórias explicam o desconhecido e proporcionam uma sensação de controle sobre ele. Todo ano os membros de cada grupo totêmico desempenham rituais totêmicos. Como os totens são geralmente uma planta ou animal, que são fonte de alimento, estes rituais também contribuem para que os aruntas acreditem que o suprimento de alimentos será abundante.

As crianças aruntas são aceitas como adultos muito mais cedo que as crianças americanas. Isso acontece entre as idades de 12 e 14 anos. Por essa época as crianças aruntas são informadas sobre os mitos de seu totem e passam por uma iniciação: As crianças também devem provar sua coragem, submetendo-se a várias provas. Depois da iniciação, a criança é considerada como adulto.

Kazaks - Os Kazaks são muçulmanos, Muçulmano é o nome dado ao adepto de uma religião chamada Islãismo. O islãismo não dá importância ao culto coletivo como os ofícios religiosos semanais que os americanos assistem. O culto consiste principalmente em dizer preces em direção à Meca, a cidade santa do islãismo, e em ler o Alcorão, um livro religioso que se acredita conter as palavras de Alá. Alá é a palavra árabe que designa "Deus".

Devem ser ditas cinco preces diárias - ao levantar, no meio da manhã, ao meio-dia, no meio da tarde e ao pôr do sol. Estas preces são ditas individualmente por muçulmanos adultos. As cinco principais práticas religiosas de um muçulmano são: rezar cinco vezes ao dia, jejuar no mês de Ramadã, fazer uma peregrinação a Meca, participar de guerras religiosas e fazer obras de caridade. Os Kazaks sempre dizem uma pequena oração antes de matar um animal para comer ou antes de fazer uma refeição.

Entre os Kazaks existem dois tipos de profissionais religiosos. O primeiro deles é o mullá, professor de religião que lê o Alcorão, interpreta a lei sagrada e preside as festas e cerimônias, como os casamentos. O mullá não é um sacerdote, pode ser considerado como um pregador leigo, professor e advogado. O segundo religioso profissional é o advinho e curandeiro. Acreditam os fiéis que ele tem poderes para prever o futuro e curar as doenças. Ele prevê o futuro lendo as rachaduras feitas num onoplata de carneiro, depois de aquecê-lo no fogo. Esta espécie de adivinhação é conhecida como escapulimancia. O advinho representa um resquício da crença dos Kazaks antes de se converterem ao islamismo.

Americanos - A religião dos americanos é muito complexa. Vários aspectos a tornam diferente das religiões dos grupos tribais.

Primeiro, há muitos grupos religiosos e não uma única religião. Há cerca de 250 denominações nos Estados Unidos, mais vários milhares de igrejas independentes. Os três principais grupos religiosos dos Estados Unidos são protestantes, católicos e judeus. Em segundo lugar, as crenças básicas da religião dos americanos vêm da tradução judaico-cristã. Estas crenças influenciam os conceitos de certo e errado. Há, entretanto, muitas variações nessas crenças.

Em terceiro lugar, os princípios religiosos e políticos americanos são baseados na idéia da separação da igreja do estado. Em geral, isso significa que as pessoas não precisam pertencer a um grupo religioso e que não há grupo religioso sustentado pelo estado. O controle político é separado do controle religioso.

Em quarto lugar, as práticas religiosas americanas, tal como a educação e o trabalho, são altamente institucionalizadas e separadas do lar. Os americanos geralmente acreditam que as pessoas devem pertencer a uma igreja e assistir aos ofícios religiosos. Estes ofícios geralmente se realizam num prédio especial chamado igreja ou sinagoga. O ensino da religião nos Estados Unidos também é feito pelos protestantes em escolas dominicais, pelos católicos nas escolas paroquiais e pelos judeus em aulas ministradas num centro cultural judeu ou sinagoga.

Elementos culturais universais

Nos tópicos anteriores examinamos aspectos da cultura de três grupos de pessoas diferentes os aruntas, os Kazaks e os americanos dos Estados Unidos. Estas três culturas variam do simples ao complexo da pouca tecnologia e um vasto arsenal de ferramentas e máquinas, de grupos pequenos a milhões de pessoas.

Todos os povos, onde quer que tenham vivido e recuados no tempo até o ponto em que os homens se distinguem dos outros animais, tiveram uma cultura. Ser humano é ter uma cultura. A cultura é um elemento universal na experiência do homem.

Um segundo aspecto da cultura é que todas as culturas contêm elementos comuns. Na parte introdutória deste capítulo o termo universal foi explicado pela primeira vez. O estudo das variações nas culturas dos aruntas, Kazaks e americanos demonstra que os elementos universais são atributos que as culturas têm em comum e que as variações são casos ou exemplos de elementos universais. As culturas tem os mesmos elementos universais, mas a forma é diferente.

Vários antropólogos têm compilado listas de elementos universais de cultura. A lista que se segue inclui dez selecionados de uma lista de setenta e dois. Alguns desses dez não são mencionados na comparação das três culturas. Leia a lista e veja de que modo você pode dar um exemplo possível tirado das três culturas que você estudou. Será que você pode citar outros elementos universais?

Dez elementos universais, relacionados por ordem alfabética

atletismo	jogos
calendário	leis
cozinha	línguas
dança	saudações
fabrico de ferramentas	visitas

RESUMO:

Cada cultura contém os mesmos elementos básicos, economia, organização social e religião. Os detalhes de cada cultura variam de uma para outra. Todos os povos fazem as mesmas coisas mas de maneira diferente. Todas as culturas têm elementos universais, mas as formas variam.

Enculturação

O capítulo "Elementos Universais e Variações" descreve as variações nas culturas. Por mais diferentes que sejam as culturas dos aruntas, Kazaks e americanos, uma criança nascida em qualquer delas enfrenta o problema de se tornar um arunta, um Kazaks ou um americano.

Enculturação

A enculturação é o processo pelo qual o povo adquire os traços de sua cultura. A enculturação não é somente a educação. Esta é a ação executada pelos pais para criar os filhos. A enculturação não é apenas aprendizagem, pois esta implica em aquisição de conhecimentos mediante estudo. Os antropólogos, porém, ampliaram o significado de aprendizagem e empregam a palavra como sinônimo de enculturação.

E enculturação envolve imitação, atenção, folguedos, conversas, tarefas domésticas, freqüência à escola e à igreja, participação em clubes e grupos, trabalho, obtenção de emprego, namoro, casamento, independência financeira e mudanças de atribuições de acordo com a idade.

Essas atribuições referem-se ao tipo de comportamento que uma sociedade espera de uma pessoa em determinada situação. Uma cultura espera um tipo de comportamento de uma criança, outro de um jovem ou uma jovem, outro de um marido ou esposa e ainda outro de avós. Uma cultura espera um tipo diferente de comportamento da mesma pessoa, conforme ela desempenhe o papel de marido, pai, funcionário, irmão, genro, cunhado, ex-aluno, estudante, sócio de um club, presidente de uma organização, veterano, etc... A enculturação é um processo que nunca se completa, pois compreende o ciclo vital do nascimento à morte.

Este capítulo, entretanto, focalizará os quatro meios principais pelos quais as crianças adquirem os traços característicos de sua cultura. São eles: educação, imitação, tradição e instrução.

Educação

A educação abrange todas as coisas que os pais fazem para criar os filhos. A importância da educação será destacada aqui. Um recém-nascido é indefeso, ao contrário dos outros animais, a criança não nasce para viver sem os pais. Não pode conseguir alimento, não pode achar abrigo, não pode defender-se, não pode virar-se e muito menos engatinhar. Quase a única coisa que pode fazer é chorar. Sem o cuidado e a proteção dos adultos logo pareceria.

Enquanto os outros animais alimentam e cuidam de seus filhotes durante vários dias ou mesmo vários meses, o homem tem que cuidar de seus filhos durante muitos anos. Durante este longo período de dependência, entretanto, a criança com seu cérebro de grandes proporções, pode adquirir as características de sua cultura.

A unidade social principal e universal para a educação das crian

gas é a família. Em tôdas as culturas o papel principal no cuidado com as criança é desempenhado pela mãe. É ela que alimenta o bebê, que o mantém limpo, acalenta-o, corre em resposta aos seus gritos de dor e fala-lhe e canta para ele. Pouco a pouco o corpo do bebê se desenvolve: seus olhos passam a focalizar os objetos, ele consegue manter a cabeça em pé, descobre os dedos e artelhos, consegue virar-se e aprender a engatinhar. Ouve a mãe falar e produz sons; vê as pessoas caminharem e tenta pôr-se de pé.

Mas esta evolução acontece dentro da família. Desde o dia em que ele entra na família até o dia em que a deixa, seus membros o estimulam e elogiam, castigam-no e reprovam-no. Dizem-lhe o que é certo e o que é errado, mostram-lhe o que comer e quando comer, como banhar-se, vestir-se, dormir e brincar. Ensinam-lhe o que dizer e quando dizê-lo mostram-lhe quando ficar alegre e quando ficar quieto e triste; pensam-lhe as feridas e tratam-no nas doenças.

De seus pais uma criança recebe certas características físicas hereditárias. De sua família recebe a primeira noção de como fazer as coisas e é aí que se forma a base de sua personalidade. Em tôdas as diversas fases dos cuidados com as crianças, a família é um fator positivo de enculturação. De um ponto de vista romântico, a família pode ser considerada como um lugar de amor; antropológicamente é o berço do homem. Uma criança humana dentro da família.

Imitação

A imitação é a tentativa do indivíduo de seguir um modelo ou um padrão de algum tipo. Há, naturalmente, muita imitação na educação. A imitação, entretanto diz mais respeito ao que a criança tenta fazer, enquanto a educação se relaciona mais com o que os pais tentam fazer pela criança.

A criança tem poucas tendências biológicas automáticas mais tem grande capacidade de imitar. É conhecido o ditado: "o que o macaco vê, faz." Se as crianças não puderem fazer isso, não crescerão.

A fala é uma das coisas mais importantes que se aprendam por imitação e repetição. As mães passam muito tempo falando aos bebês. Isso é muito importante, porque o bebê passa com a mãe a maior parte do tempo. A aquisição da fala é uma das realizações mais importantes que a criança consegue. Quando aprende a falar, não precisa ver uma coisa a fim de imitá-la. Os sons lhe dizem o que fazer a ele pode comunicar seus próprios desejos e necessidades por meio do emprego desses sons. O uso da linguagem para comunicar idéias e de instrumentos para desempenhar certas tarefas são atributos tipicamente humanos.

No lar as crianças ouvem os adultos tomarem parte em todo tipo

de conversa. As crianças aruntas escutam os adultos quando se agrupam em volta da fogueira, ao ar livre, ou quando vão caçar. As crianças Kazaks ouvem os mais velhos falarem no abrigo aconchegante de sua cabana ou enquanto estão trabalhando. As crianças americanas ouvem os adultos falarem à mesa do jantar, no carro, ou enquanto estão juntos no lar. Dêsse modo ouvem falar de problemas e de como resolvê-los.

O brinquedo é uma maneira especial de imitar. O menino arunta tem pequenas lanças e atiradores de lanças bem semelhantes ao de seu pai. Com essas armas de brinquedos ele aprende aos poucos a habilidade que utilizará como adulto para caçar. Os brinquedos das meninas americanas são como as coisas que suas mães usam em casa. As meninas americanas brincam com bonecas, brincam de comadre, fingem que cozinham e empenham-se em tipos de brincadeiras que as ajudam a aprender o papel desempenhado pelas mulheres. Os meninos americanos também as vezes brincam com miniaturas que os ajudam a aprender a ser homens. Pode variar de caixas de ferramentas até fardas de soldados.

Fazer trabalhos domésticos é também um meio de imitar. As mães aruntas levam seus filhos quando procuram alimentos. As mães desenterram raízes e larvas. Logo a criança experimenta também desenterrar raízes e procurar larvas.

Os meninos Kazaks pastoreiam ovelhas, isso os ensina a cuidar dos animais e de si mesmos. Um dos acontecimentos mais importantes da vida de um menino kazak é quando lhe dão um cavalo só para ele. A imitação que faz do pai, desde cedo, ensina-o a tomar conta de seus próprios cavalos. As meninas kazaks ajudam as mães. Dêsse modo os meninos aprendem o trabalho dos homens enquanto as meninas aprendem o das mulheres.

A menina americana ajuda a lavar os pratos, tomar conta das crianças ou arrumar a casa. Estas são tarefas que deverá fazer quando tiver seu próprio lar. O menino americano varre o quintal, apara a grama ou ajuda na jardinagem. São também serviços que terá de fazer quando tiver sua casa.

Tradição:

A tradição é formada pelos costumes e crenças de um povo, transmitidas de geração a geração. A tradição é transmitida de duas maneiras - oralmente ou por meio de livros. Nas culturas em que os povos têm escrita, a tradição deixou de ser oral e se transmite principalmente pela instrução nas escolas. Nas culturas em que não há escrita, a tradição é oral e assim se transmite. As estórias de faz-de-conta de animais, de fardas, de grandes caçadas e façanhas, de coragem, resitência e feitos heróicos não só contam coi-

sãs interessadas para fazer passar o tempo, como também dão exemplos de honestidade, bondade, amor à verdade e outros valores de uma cultura. Por que a estória de George Washington e a cerejeira é contada às crianças americanas? Ela apareceu em 1806 e seu objetivo é dar um exemplo de amor à verdade por parte de um menino que se tornou o grande americano chamado o "Pai da Pátria".

Tôdas as culturas têm estórias e mitos que transmitem êsses mo-
dôlos e passam adiante os padrões da cultura. Um menino arunta ou Kazak ouve estórias sôbre seus ancestrais, sentado em tôrno da fogueira. A fala monóto-
na do contador de estórias faz com êle evoque o passado, à luz bruxoleante da fogueira. Êle sente os fantasmas de seus ancestrais desaparecidos há tanto tempo, ali presentes. Sente desejo de se tornar como êles, seguir seus pas-
sos e praticar seus feitos.

INSTRUÇÃO -

A instrução adquirida na escola é a quarta maneira de as crian-
ças adquirirem sua cultura. A escola é principalmente a forma de ensinar às crianças a empregar dua espécies de símbolos: as letras e os números. As
letras representam os sons da fala; os números representam quantidades. Para dominar êstes símbolos e os conhecimentos que êles podem transmitir, as
culturas mais avançadas dispõem de uma instituição que chamamos escola. Esta se caracteriza por quatro elementos principais: um lugar determinado que é o
prédio escolar; um especialista, que é o professor; material selecionado para a instrução, que são os livros para a transmissão de conhecimentos; e as crian-
ças a serem ensinadas, isto é, os alunos. A escola é um meio de transmissão da cultura.

As crianças passam muitos anos na escola, nas culturas comple-
xas que têm escrita. Isso porque a manipulação de símbolos - a escrita, a leitura e as operações com números - é a chave dos conhecimentos especializa-
dos nessas culturas. Êssos conhecimentos estão em permanente crescimento por causa da escrita. Ninguém pode dominá-los totalmente. Os conhecimen-
tos são ensinados de uma maneira geral nos primeiros anos da escola. Na fa-
culdade e especialmente nas escolas de pós-graduação, os conhecimentos trans-
mitidos são altamente especializados. Um menino arunta ou kazak adquire a maior parte de sua cultura através de experiências diretas de vida. Um meni-
no ou uma menina americana adquire dois tipos de cultura: um que êles compartilham com os outros americanos, e uma cultura especial que êles compartilham com as pessoas que trabalham no seu ofício ou profissão.

A escrita é uma forma de registrar a fala de modo que outra pessoa que conheça o código escrito possa receber a mensagem quando ler o re-
gistro escrito. As crianças aprendem a falar por imitação. Mas a maioria

das crianças em qualquer cultura têm de ser ensinadas a ler. A escrita é uma forma de codificar a fala; a leitura é uma forma de decifrar os sinais do código. A leitura é uma fala silenciosa. Quando uma pessoa domina a maneira de codificar a fala, pode escrever mensagens e instruções. Quando a pessoa aprende a decifrar a escrita, pode descobrir muitas coisas por si mesmo.

A instrução é uma das tarefas mais importantes para meninos e meninas na cultura americana. Indo à escola, as crianças aprendem muitas coisas além dos conhecimentos encontrados nos livros - como viver com outras pessoas, como executar uma determinada tarefa, como se tornar membro de muitos grupos diferentes. Muitos americanos compreendem que seu sucesso no trabalho futuro, o dinheiro que poderão ganhar e o padrão de vida que terão dependem em grande parte da instrução formal que receberem.

As crianças aruntas aprendem a mitologia e as crenças de seu totem em cerimônias de iniciação. Este ensino oral pelos mais velhos do grupo totêmico se realiza durante um curto período de tempo. O menino também passa por uma prova. Esse tipo de treinamento dos aruntas é tão diferente do que se dá numa escola americana que mal poderia ser chamado de instrução. O menino e a menina kazak recebem certa instrução sobre o Alcorão de um professor de religião, o mulá. Com o governo soviético, fundaram-se escolas para os kazaks. Eles recebem instrução em sua língua nativa, mas também em russo, que é a língua oficial e científica de sua terra.

Resumo -

As crianças em todas as culturas adquirem as características de sua cultura por meio da educação, da imitação, da tradição e da instrução. As crianças, em todas as culturas, aprendem de modo muito semelhante. Os povos que não têm escrita também não têm escolas. Quando adquirem símbolos escritos para sua língua, entretanto, podem ser instruídos em escolas. A escola não é só um meio de transmitir a própria cultura mas também de adquirir a cultura de outros povos. A escola é um dos principais meios pelos quais os povos dos países subdesenvolvidos estão adquirindo conhecimentos e instrumentos para aumentar a produção de bens de consumo e melhorar seu padrão de vida.

DINÂMICA DA CULTURA

Em março de 1965 dois jovens americanos, Gus Grissom e John Young foram lançados no espaço numa cápsula Gemini apelidada "Molly Brown". Seu vôo teve muita importância para a tecnologia espacial. Pela primeira vez a órbita do satélite foi mudada pelo piloto por meio do disparo de retrofoguetes. Alguns dias antes, um cosmonauta russo chamado Leonov havia saído

de sua nave, a Voskhod II. Durante vinte minutos empolgantes ele se tornara um satélite humano atravessando o espaço a uma velocidade de 18.000 milhas por hora.

Ao mesmo tempo em que esses astronautas estavam testando técnicas de vôo à Lua, um caçador arunta, armado com uma lança com ponta de pedra e um atirador de lança feria um canguru. Próximo à cerca do acampamento, sua esposa com o filho às costas procurava larvas na terra. A tecnologia da era espacial e da idade da pedra encontraram-se no tempo.

Por que é que um americano ou um russo pode alcançar a Lua, enquanto um arunta ainda caça com pedra e pau? Por que algumas culturas industriais transbordam de máquinas e energias artificiais enquanto outras pouco mudaram em milênios?

A finalidade deste capítulo é ajudar a responder essas perguntas. A dinâmica cultural explica a origem, a natureza e a extensão da mudança cultural. Encontram-se exemplos mais numerosos de dinâmica cultural na cultura americana que na dos kazaks e aruntas. Isso acontece porque houve mais mudanças na cultura. Além disso temos mais informações sobre as mudanças culturais nos Estados Unidos.

A ORIGEM DA MUDANÇA CULTURAL

Num determinado momento, uma certa cultura é formada por um número fixo de características culturais. Uma característica, como o leitor deve recordar-se, é uma coisa ou um modo de comportar-se. Estas características podem ser enumeradas e descritas. Qualquer mudança na cultura pode acontecer de duas maneiras: o acréscimo de alguma coisa nova ou o desaparecimento de alguma coisa antiga. Uma cultura, porém, raramente perde uma característica antiga, apenas a substitui.

Um exemplo dos Estados Unidos é a rápida substituição da charrete pelo automóvel. A velha característica não desapareceu totalmente, porém. As pessoas ainda sabem fazer charretes e atrelá-las aos cavalos, e em alguns lugares elas ainda são usadas. Os "amish", que são um grupo religioso da Pennsylvania, não usam carros nem caminhões, mas charretes e carroças.

O automóvel não foi só uma coisa nova introduzida na cultura; foi também algo acrescentado a essa cultura. Se acrescentamos alguma coisa à cultura, ela cresce ou acumula. As culturas crescem por um aumento no número de características.

Uma explicação da origem da mudança cultural pode portanto começar com a introdução de novas características.

Inovação é a introdução de novas características numa cultura. Há dois aspectos na inovação. Primeiro deve existir uma característica nova. Segundo, há a frequência da nova característica, ou com que intensidade ela é utilizada. O exemplo do automóvel pode ser citado novamente;

Automóveis caros foram fabricados nos Estados Unidos antes do famoso Modelo T de Henry Ford. Poucas pessoas podiam comprar carros. Ford surgiu depois com o modelo T. Esse carro robusto, fabricado em massa, ficou mais barato que os outros e pôs a América sobre rodas. Para o automóvel provocar muitas mudanças na vida dos americanos ele teve de ser barateado e de correr nas estradas de chão batido de há 40 anos atrás. Muitas pessoas puderam então comprar e usar o modelo T.

A mudança cultural é grande se há muita inovação. A mudança cultural é pequena se há pouca inovação. Por exemplo, os automóveis tiveram pouca influência na vida dos russos, comparada à dos americanos. Em 1958, havia dois carros para cada mil pessoas na Rússia. Nos Estados Unidos, havia um carro para cada três pessoas.

Aqui citaremos um exemplo de inovação e mudança cultural que se rá repetido mais tarde. Jogue uma pedra num lago. Imagine que a pedra é uma inovação; finja que o lago é a cultura. A inovação (a pedra) provoca um impacto no centro da cultura (o lago). Daí as ondas se propagam. Estas ondas são as mudanças na cultura. Algumas mudanças (ondas) encontram resistência; sob a forma de uma atitude (um pau) ou de um capital investido (um pedregulho). Outras mudanças (ondas) são facilitadas pela falta de obstáculos. Do centro do impacto, as ondas se propagam pelo lago todo. São mais fortes no ponto de impacto; mais fracas na margem externa. Mas antes que essas mudanças desapareçam, outra inovação atinge a cultura. As mudanças provenientes da inovação colidem as águas no mesmo tempo. Outras inovações ocorrem e a cultura (lago) não mais se apresenta estável. A cultura é dinâmica, isto é, está em constante mudança.

Duas fontes de inovação são: (1) a descoberta e a invenção, e (2) a difusão.

A Invenção consiste em fazer alguma coisa que não existia antes. A descoberta consiste em achar alguma coisa que era desconhecida antes. A invenção indica que algo novo foi feito; a descoberta indica que foi encontrado algo que já existia anteriormente, embora não fôsse conhecido naquela cultura. Assim dizemos que Bell inventou o telefone enquanto Colombo descobriu a América; Whitney inventou a máquina de descaroçar algodão enquanto Fleming descobriu a penicilina. Tanto a invenção proposital como a descoberta ocorrem com mais frequência nas culturas científicas do que nas não - científicas. Algumas invenções e descobertas acontecem por acaso. Na América promovemos as

invenções e descobertas.

A invenção é geralmente considerada com relação a termos materiais. As invenções não materiais, porém, são também importantes. Como exemplos podemos citar: uma invenção política - a República Federativa dos Estados Unidos em 1787; uma invenção econômica - as compras a crédito; uma invenção religiosa - o Cristianismo; e uma invenção social - a prática do protesto não-violento para a obtenção dos direitos civis. Estas invenções não-materiais tiveram e continuam a ter um grande efeito sobre a cultura americana. Uma ideia nova ou uma nova maneira de fazer as coisas pode ser tão revolucionária como uma nova máquina e provocar mudanças tão grandes quanto esta.

A continuidade cultural descreve o fato de que nem as invenções mecânicas nem as sociais surgem já totalmente desenvolvidas a partir do nada. Cada nova característica surge de alguma outra já existente. O princípio da continuidade cultural é também apresentado como modificação das características já existentes. Uma modificação, e não uma substituição total é muitas vezes a maneira pela qual se realiza a inovação. Ela utiliza conhecimentos e habilidades já existentes, tem menos probabilidade de perturbar os padrões de cultura existentes e às vezes é menos custosa.

Muitas invenções são simplesmente uma combinação de elementos conhecidos anteriormente. Um exemplo famoso de invenção mecânica, que é uma combinação de invenções conhecidas anteriormente, é o automóvel. Ele foi composto com algumas invenções importantes já existentes, como o sistema de refrigeração, as mudanças, a embreagem, o motor, a gasolina e a carroceria.

Um exemplo de invenções políticas, que é uma combinação de ideias e experiências anteriores é a Constituição Federal de 1787. Ela reuniu a experiência anterior de governo forte com o rei da Inglaterra e a de governo fraco com os Artigos da Confederação.

Os princípios da continuidade e da modificação cultural ajudam a explicar por que o índice de mudança (volume e velocidade da mudança) varia grandemente de cultura para cultura. Onde a relação ou o número total de bens de consumo é pequeno, há probabilidade de haver pouca inovação. Aqui os poucos bens demonstram poucos conhecimentos. Onde o número de bens é grande, há probabilidade de haver mais inovação. Aqui a abundância de bens demonstra maiores conhecimentos. Do mesmo modo, quanto mais rica a cultura maior a variedade de características. Todas as pessoas numa cultura assim não precisam fazer todas as coisas da mesma maneira e também não são tão contrárias a coisas novas. Podemos encontrar um exemplo disso num contraste entre a cultura kazak e a cultura americana.

Os fatores que favorecem o aparecimento de invenções e descobertas numa cultura são:

- 1) o maior número de características da cultura;
- 2) o desejo do povo de realizar mudanças;
- 3) as idéias novas que aparecem pela difusão;
- 4) o desenvolvimento de interesses científicos;
- 5) o número de escolas secundárias e superiores que atribuem importância às ciências e à engenharia;
- 6) a necessidade de novas invenções.

As mudanças na cultura americana são produzidas por grandes investimentos de dinheiro e de homens na pesquisa. Em 1940 o dinheiro gasto pela indústria e pelo governo em pesquisas chegava a 570 milhões de dólares, mas hoje atinge a 20 bilhões. Em 1975 espera-se que chegue a 40 bilhões. Os engenheiros, cientistas, e técnicos empenhados em pesquisas passarão de pouco mais de um milhão para mais de três milhões. Na produção de bens de consumo e de serviços os americanos procuram ativamente realizar mudanças.

Ao mesmo tempo, muitos americanos temem a mecanização e procuram proteger seus empregos.

A difusão é o processo pelo qual uma característica passa de uma cultura para outra. A maioria das características de uma cultura não se desenvolveram dentro dela, vieram de outras culturas. Calcula-se que cerca de 90% das características encontradas numa determinada cultura venham por difusão. A difusão pode ser uma fonte de inovação mais importante de que a invenção ou a descoberta. Nos tempos que correm o fluxo da difusão se estabeleceu partindo da Europa e dos Estados Unidos, que são industrializados para as nações subdesenvolvidas da Ásia e da África. Ser industrializado significa ter uma economia com máquinas elétricas e fábricas; ser subdesenvolvido significa ter um baixo nível de tecnologia e de padrão de vida. Entretanto, os países industriais utilizam-se de muitas características culturais desenvolvidas em outras partes do mundo séculos atrás. Como exemplos dessas características podemos citar o vidro do antigo Egito, a seda da China, o algodão da Índia, a cunhagem de moedas da antiga Lídia o alfabeto dos fenícios e a religião cristã dos judeus.

Difusão primária é a passagem de uma característica diretamente de uma cultura para outra. Exemplo disso é o estabelecimento de uma fábrica de algodão nos Estados Unidos por Samuel Slater, um operário textil inglês que chegou aos Estados Unidos em 1790 e construiu uma máquina de fiar e um tear mecânico de memória. A Inglaterra tinha leis contra a exportação dessas máquinas e contra a saída de mecânicos habilitados do país. Slater conseguiu sair da Inglaterra e com o conhecimento que tinha dessas máquinas, conseguiu reproduzi-las.

A difusão secundária ocorre quando uma característica passa por

outras culturas. Um exemplo tirado dos primórdios da história da Geórgia é a tentativa dos Administradores para introduzir a cultura da seda com a ajuda de italianos trazidos da Itália com esse objetivo. A cultura da seda fôra copiada da China pela Itália.

A Difusão seletiva é o processo pelo qual uma cultura aceita algumas características e rejeita outras. Um dos melhores exemplos são os japoneses de hoje. Na última parte do século XIX eles empreenderam a modernização do Japão e enviaram grupos de estudo para todo o mundo. Copiaram o sistema parlamentar inglês, e exército alemão e o sistema educacional da França. Da Europa e dos Estados Unidos copiaram novos sistemas de produção. Num período de cerca de 25 anos, o Japão se transformou de país agrícola em moderna nação industrial. Ao mesmo tempo conservaram muitos costumes antigos e mesmo hoje em dia o Japão tem sua maneira própria de fazer as coisas que são tipicamente japonesas.

Difusão por estímulo é o nome dado quando se adota a idéia em vez da característica propriamente dita. O sistema de escrita dos cherokees é um exemplo disso. Eles não possuíam linguagem escrita quando os europeus os encontraram pela primeira vez. Em 1821, Sequoyah, depois de vários anos de esforços, já havia encontrado 86 sílabas cherokees, atribuindo um símbolo a cada uma delas. Alguns destes símbolos foram tirados do alfabeto romano. No caso dos cherokees, porém, só se havia difundido a idéia do alfabeto e não o alfabeto romano em si.

A presença de certas características em culturas diferentes não significa necessariamente que uma das culturas as tenha adquirido da outra. Como exemplos podemos citar a agricultura, os números, o calendário e a escrita, que se desenvolveram independentemente no Velho e no Novo Mundo. Isso se chama invenção independente.

As coisas que ajudam a difusão da cultura são o comércio, as viagens, a imprensa e os outros meios de comunicação e os transportes fáceis. Países insulares ou peninsulares parecem estar em posição particularmente favorável para receber características por difusão. Como exemplos podemos citar a Grécia Antiga e Roma no mundo Mediterrâneo e a Inglaterra e o Japão nos tempos modernos.

O isolamento dificulta ou impede a difusão da cultura. Os povos que vivem em áreas isoladas geograficamente, como o deserto do Soara ou as florestas do Brasil têm menos probabilidade de receber idéias novas do mundo exterior. O mesmo acontece com os povos que se isolam politicamente, como os que vivem por trás da Cortina de Ferro ou da Cortina de Bambu. Muitos povos analfabetos vivem em pontos do mundo tão isolados ou com tamanho temor de outros homens que não têm qualquer contacto com outras culturas, quer por difusão quer por aculturação. Estas culturas isoladas não desenvolvem com fre-

quência uma tecnologia avançada, embora haja exceções, como os polinésios, cujas proezas na navegação são consideradas como feitos de extraordinária habilidade. Povos analfabetos são os que não possuem escrita.

ACULTURAÇÃO

Aculturação é a mudança que se realiza numa cultura como resultado de pessoas de uma cultura viverem durante algum tempo em contacto com outra. A aculturação não deve ser confundida com a enculturação, que é a aquisição por alguém de sua própria cultura. A aculturação também difere da difusão, que é a passagem das características culturais. A aculturação diz respeito às mudanças quer nas características mecânicas quer nas de comportamento.

O contacto de duas culturas é provocado por guerras e conquista, colonização, imigração, política, migração ou fatos semelhantes, que reúnem povos de culturas diferentes. Mas o contacto, por si só, não provoca a aculturação. É possível que povos de culturas diferentes vivam no mesmo território, um ao lado do outro, sem copiar a cultura um do outro. A cultura só acontece quando há uma mudança nas características culturais.

A aculturação é exemplificada pelos índios americanos nos Estados Unidos. Eles dirigem carros, lavram a terra com tratores, vão à escola, servem nas forças armadas e geralmente são cristãos.

O sincretismo é uma forma de aculturação incompleta ou parcial, na qual as características antigas e modernas se misturam. Exemplo disso são as novas práticas matrimoniais dos kazaks. Eles substituíram sua tradicional exogamia de clã por uma exogamia rural. A exogamia diz respeito ao casamento fora de um grupo.

O clã tradicional dos kazaks é um sistema de parentesco, em que todos os membros são aparentados. As pessoas não se casavam dentro do clã, tomavam esposa ou marido em outro clã. Depois que o governo soviético organizou os kazaks em fazendas coletivas na década dos 20, foi feita uma tentativa de se manter o clã reunido numa fazenda. Os técnicos e administradores entretanto foram trazidos de fora, de modo que os membros da fazenda e do clã não eram os mesmos. A fazenda substituiu o clã como base das restrições matrimoniais. Hoje em dia a moça kazak não se casa com um rapaz da mesma fazenda, da mesma maneira como antigamente não se casava com um rapaz do mesmo clã.

A desorganização e o colapso cultural podem sobrevir com a aculturação. Isso acontece especialmente quando há diferenças nas culturas dos dois grupos.

Os Jir Joront são um exemplo de desorganização cultural. Os Jir Joront são um grupo nativo australiano semelhante ao dos arntas. Alguns

anos depois de entrar em contacto com missionários europeus, a cultura Jir Joront foi arrasada porque o sistema de controle foi destruído. O controle social diz respeito à maneira aceita por todos, isto é, a maneira certa de fazer as coisas. A maneira certa é geralmente reforçada pelos costumes ou crenças de uma comunidade ou as leis de um governo.

Na cultura dos Jir Joront, o controle social era baseado em que algumas pessoas estão em cima e outras estão em baixo na escala da autoridade. Isso significa que cada Jir Joront tinha alguém acima dele, exceto os homens mais velhos, e que todos tinham alguém abaixo de si, exceto as crianças mais novas. A forma externa desse sistema de controle social era a propriedade de um machado de pedra. Os machados de pedra só podiam ser feitos e possuídos por homens adultos. Se os jovens e as mulheres precisassem usar um machado tinham de pedi-lo emprestado. Como compensação pelo seu uso, prometiam lealdade e seus serviços ao proprietário do machado.

O machado de pedra era o símbolo visível desse sistema de autoridade e representava a autoridade do proprietário. Os missionários não compreenderam que o machado de pedra não era apenas uma ferramenta, mas um símbolo num sistema de controle social. Quando eles tentaram ajudar os Jir Joront dando-lhes machados de aço, deram-nos a mulheres e crianças bem como aos homens adultos. Com isso todos passaram a possuir machados. As crianças e as mulheres não tiveram mais que pedi-los emprestado de um homem adulto. Sem a restrição da autoridade simbolizada pela restrição da posse do machado, a cultura Jir Joront logo se desintegrou. Essa perda de elementos de uma cultura é conhecida como desorganização ou desintegração.

ESTABILIDADE CULTURAL

A inovação não acontece com a mesma frequência em todas as características da mesma cultura ou em todas as culturas. Em toda cultura há algumas coisas que permanecem as mesmas, ano após ano. Em algumas culturas a inovação se dá tão lentamente que parece que não está havendo mudança nenhuma, e que as pessoas não vêem que está acontecendo uma mudança.

A estabilidade cultural representa o modo por que algumas características culturais continuam as mesmas enquanto outras mudam. No mesmo dia em que Gus Grissom e John Young foram lançados ao espaço, todos se levantaram, vestiram-se, tomaram café, foram para a escola, voltaram para casa, brincaram, estudaram as lições, jantaram, viram televisão e foram dormir. O grande acontecimento do dia não mudou o que faziam. Uma grande parte da vida das pessoas de qualquer cultura é passada as mesmas coisas entra dia, sai dia. Essa atividade de rotina significa que, em meio à mudança é possível saber o que serão nossas próprias atividades e as de outras pessoas. Podemos prever o que serão.

Atraso cultural é um meio de dizer que algumas características de uma cultura estão em atraso com relação a outras. Algumas partes da cultura não mais se ajustam ou funcionam bem em conjunto. Muitas dificuldades numa cultura sobrevivem da disparidade da mudança cultural que leva uma parte da cultura a atrasar-se em relação a outra. Dois exemplos de atraso cultural são dados a seguir.

A 15^a Emenda, às vezes chamada de Emenda do Voto dos Negros, foi ratificado em 1870. Esta foi a terceira emenda da Guerra Civil; a 13^a havia terminado com a escravidão e a 14^a havia dado a cidadania aos negros. Entretanto em 1965, cem anos depois, o Presidente Johnson pediu ao Congresso para passar uma lei que eliminasse os obstáculos ao voto dos negros. Pode-se, portanto dizer que houve um atraso entre os direitos de voto dos negros e sua capacidade de votar.

Outro exemplo de atraso cultural é a incapacidade das legislaturas estaduais nos Estados Unidos de redistribuir suas legislaturas e distritos congressionais.

Redistribuir significa mudar a composição dos distritos para os deputados estaduais e federais com base no número de habitantes. As cidades cresceram enquanto as áreas rurais perderam população. Isso significa que a população rural tinha mais representantes que a das cidades. Esse atraso na redistribuição está agora sendo corrigido na Georgia e em muitos outros Estados em que uma minoria de votantes tinha uma maioria de representantes. A falta de representação da população urbana no governo estadual e nacional é uma razão pela qual tem havido atraso na atenção dada aos problemas das cidades.

A resistência ou oposição à mudança cultural se encontra em todas as culturas. Mesmo na cultura ocidental que tem a maior boa vontade para mudar, muitas coisas boas têm encontrado oposição. Há geralmente maior oposição às inovações sociais que às inovações técnicas. Mas houve pessoas que foram contra as estradas de ferro, o telefone e o automóvel, coisas que passam despercebidas hoje em dia.

Algumas resistências à mudança social são causadas por:

- 1) hábito, gosto por métodos familiares;
- 2) conservadorismo, um desejo de manter as coisas como são, tanto quanto possível;
- 3) reverência pelo passado, uma melhor qualidade imaginária atribuída às coisas antigas;
- 4) capital investido, uma ameaça ao dinheiro, prestígio ou posição de uma pessoa;
- 5) dificuldade de encontrar um método novo para substituir um antigo;
- 6) hostilidade de uma inovação por causa de maus resultados no primeiro ensaio;
- 7) um ponto de vista geral que teme as novidades.

Os aruntas têm uma cultura muito estável, como muitos outros povos que são frequentemente apresentados como "primitivos". Essas culturas geralmente têm um nível de tecnologia tão baixo que a maior parte dos esforços do povo são dirigidos no sentido de ganhar a vida. Não há tempo disponível para as pessoas tentarem coisas novas.

Os aruntas têm tão pouca tecnologia que qualquer tentativa para ajudá-los, tal como aconteceu com os Jir Joront, poderia provocar a morte da cultura. A última inovação parece ter sido o boomerang introduzido por difusão no período moderno.

Coisas materiais influenciam as mudanças sociais

No capítulo sobre "Enculturação" aprendemos como as crianças aprendem sua cultura através da educação, da imitação, da tradição e da instrução. Grande parte dessa primeira enculturação se relaciona mais com o modo por que as pessoas se comportam do que com as coisas que utilizam mais tarde. Parece haver duas espécies de características culturais em relação à facilidade com que mudam. As características culturais, que dizem respeito aos tipos de enculturação pessoal e que se dá nos primeiros anos de vida, parecem difíceis de mudar. As características que são principalmente tecnológicas são mais fáceis de mudar.

No mundo inteiro, as pessoas parecem acoitar as mudanças tecnológicas que farão o trabalho mais fácil, aumentarão o número de bens de consumo e proporcionarão mais tempo livre. Um homem que não muda seus costumes matrimoniais, abandona, entretanto, seu arado manual por um trator. Um homem que não muda sua religião, deixa a lança por uma arma de fogo. Mesmo os americanos que se vangloriam de sua capacidade de mudar, acham mais fácil adotar novas máquinas para a produção de bens de consumo do que aceitar novas maneiras de cuidar dos necessitados, doentes e velhos. As invenções sociais frequentemente produzem mudanças sociais.

Exemplo do impacto de uma invenção sobre a cultura é o automóvel. Faça uma lista de tudo que você pode lembrar que o automóvel afeta de alguma forma, do "hamburger", do "drive-in" às barracas de sorvete e às bibliotecas ambulantes. Você descobrirá não só que o automóvel é mais que um meio de transporte, como também que é uma inovação tecnológica que mudou o modo de vida dos americanos.

As inovações tecnológicas mais importantes, como o automóvel, agem sobre a cultura como uma pedra atirada num lago. As ondas da mudança movem-se em direção a todos os aspectos da cultura - economia, indústria, habitação, organização social, família e religião.

Resumo -

A cultura é tanto estável como dinâmica. Parece estável à pessoas que nela vivem porque suas vidas parecem seguir uma rotina fixa. A mudança cultural se efetua através da inovação. A inovação se produz por meio da invenção, da descoberta e da difusão. A aculturação é o contacto entre culturas diferentes; o contacto pode produzir mudança. Quanto mais características há numa cultura e quanto mais contacto com outras culturas, mais oportunidades há para acrescentar coisas a essa cultura. Há tão poucas mudanças em algumas culturas que elas podem ser chamadas estáveis. Exemplo disso é a cultura dos aruntas. Outras culturas esforçam-se para produzir mudanças. Como exemplo podemos citar a cultura americana. Culturas, como a americana são dinâmicas. O crescimento cultural depende da acumulação de cultura.

Voltemos agora às questões levantadas na introdução.

Por que pode um americano alcançar a Lua? Por que um arunta vive na idade da pedra? A essas perguntas não é possível dar-se uma resposta única. As razões parecem ser muitas, como já foi exposto anteriormente.

Os americanos são herdeiros de uma rica tradição científica e tecnológica. Vivem num país rico, têm uma grande população com muitos acréscimos de outros povos, muitas escolas, um govêrno estável e instituições econômicas e políticas que estimulam as mudanças. Os aruntas têm uma parca herança tecnológica, vivem no deserto, são pouco numerosos, têm vivido isolados com poucos contactos com o mundo exterior e não promovem mudanças. Mas o homem jamais saberá, apesar de tôdas as explicações, que centelha criadora impede alguns homens para a Lua, enquanto outros estão ainda presos à terra, caçando cangurus com um pau curvo.

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1971

32

131

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

OPERAÇÃO-ESCOLA

Subsídios para uma Reformulação do Ensino Primário Brasileiro

Grupo de trabalho:

Lúcia Marques Pinheiro
Nise Pires
Norma Cunha Csório

Setembro de 1968

OPERAÇÃO - ESCOLA

META GERAL - Elevação do nível de atendimento do ensino primário brasileiro, com a expansão quantitativa dos sistemas escolares e o aumento de produtividade do ensino primário.

I. Aplicação do conceito de produtividade à educação

A produtividade em educação permite que esta se torne fator ponderável para o desenvolvimento econômico e social do país, proporcionando aos educandos uma formação desejável, tendo em vista os objetivos sociais, políticos e econômicos nacionais.

A formação adequada, que vá sendo oferecida aos indivíduos, permitirá que eles tenham melhores condições de satisfazer suas necessidades e aspirações pessoais, colocadas num nível mais alto.

O aumento da produtividade em educação se traduz por um fluxo mais rápido das crianças escolarizadas, a par da formação, pela escola, de produtos de melhor nível de qualidade, em termos dos objetivos amplos da educação e mais adequados às necessidades sociais e econômicas.

II. Produtividade atual do ensino primário brasileiro

O nosso ensino primário apresenta condições baixíssimas de produtividade. Assim: cerca de 1/3 das crianças em idade escolar não frequenta a escola; o índice de evasão é de, no mínimo, 34%; cerca de 50% dos alunos de nível primário estão na 1.ª série escolar; o custo do aluno aprovado corresponde a duas vezes e meia, em média, o custo do aluno-ano.

III. Causas da baixa produtividade do ensino primário

Tais causas são múltiplas e complexas e, entre elas, destacamos:

- . os currículos e programas de curso primário são extensos, mal dosados, não levando em conta as condições da criança e a carga horária disponível
- . os sistemas de promoção exigem padrões demasiado elevados
- . os professores, de um modo geral, não têm preparo conveniente
- . o curso primário é de duração insuficiente na maioria dos Estados
- . a carga horária é absolutamente insatisfatória

IV. Soluções propostas

A - Considerações preliminares

Vivemos numa sociedade democrática e um dos princípios básicos desse regime é o da igualdade de oportunidades para todos, de forma que cada indivíduo tenha a possibilidade de se desenvolver ao máximo, dentro de suas capacidades.

Sendo os indivíduos diferentes uns dos outros, não é possível fixar uma quota de conhecimentos a serem dominados indistintamente pelos alunos, sem levar em conta as variações de inteligência, aptidão, interesses, necessidades.

Assim, a primeira condição de um sistema democrático de ensino é ser flexível, principalmente em relação a programas e métodos.

Nossos programas são geralmente únicos, por série escolar, em cada Unidade da Federação. São, além disso, ambiciosos: pedem na 1.^a série o que países mais adiantados pedem na 2.^a série, na 4.^a o que é pedido na 6.^a e assim por diante(1), devendo ser lembrado o fato de que a nossa carga horária é inferior à daqueles países.

Assim, a maioria dos sistemas escolares brasileiros ainda se limita a 4 anos e, devido à nossa pequena carga horária, êsses 4 anos de estudo, numa escola de 4 horas diárias de aula e 22 semanais, correspondem a:

3, 1 anos nos Estados Unidos
2, 8 anos na França
2, 6 anos na Inglaterra
2, 8 anos na URSS
2, 7 anos na Suécia
2, 4 anos na Suíça

Quatro anos numa escola primária de 3 horas diárias de aulas e 17 semanais correspondem a:

2, 5 anos nos Estados Unidos
2, 3 anos na França
2, 1 anos na Inglaterra
2, 3 anos na URSS
2, 2 anos na Suécia
1, 9 anos na Suíça

As provas não medem o essencial e são demasiado exigentes, detendo-se em minúcias inúteis.

Essas condições destroem a flexibilidade da educação que é oferecida a nossos alunos, dando como resultado que a proporção entre os que cursam o 4º ano e os alunos de 1º seja, em média, de 16%, quando deveria ser de mais de 80% (100% - taxa de aumento da população escolar em 4 anos) (2). Levando em conta que apenas 16% das crianças têm inteligência abaixo da média (3), se mais do que essa percentagem é reprovada ou considerada deficiente e necessitando de recuperação, o ensino não está sendo adaptado às condições das crianças, nem atendendo às diferenças individuais.

Pelo exposto, verifica-se que é urgente e inadiável uma reformulação do ensino primário. Considerando as deficiências técnicas dêsse ensino, julgamos que as soluções propostas devem basear-se nas condições existentes, para elevá-las gradual e controladamente.

(1) V. "Serão adequados os programas brasileiros de curso primário?" trabalho apresentado pelo INEP na III Conferência Nacional de Educação.

(2) Essa taxa foi, para o período 1962-1965, de 18%.

(3) O esperado seria que apenas êsses 16% não concluíssem os 4 anos de curso primário em 4 anos, mas acontece justamente o contrário: 81% não concluem o curso em 4 anos, o que é conseguido apenas pelos 16% mais bem dotados.

B.- Providências desejáveis

1 - Reforma de programas no sentido de se adaptarem às condições das crianças; proposição de programas diversificados para atenderem às diferenças individuais. Estudo Experimental desses programas.

2 - Mudança das provas no sentido de que meçam o essencial e atendam ao desenvolvimento psicológico da criança em cada etapa escolar.

3 - Abolição do regime que prevê a realização da 1ª série em mais de um ano letivo (1), o que leva à baixa de produtividade da escola (V. quadros 1 e 2).

4 - Mudança da mentalidade do professor para que aceite as modificações, integrando-se à Operação-Escola.

5 - Incentivo ao professor, premiando-o pelo aumento da produtividade, inclusive com estímulos financeiros.

6 - Organização de turmas por idade dentro da série escolar. Adotando como primeiro critério a série e como segundo a idade, encaminhamento para um mais adequado sistema de promoção.

7 - Promoção mais flexível.

É importante a seqüência em que tais medidas sejam tomadas. A mudança do sistema de promoção, por exemplo, deve ser precedida da reformulação de currículos, programas e provas e do preparo do professor, pois, do contrário, não atingirá os objetivos a que se propõe. Estudos realizados sobre os resultados obtidos em Estados que mudaram seu sistema de promoção sem aqueles cuidados prévios revelaram que o tempo médio que as crianças levaram para chegar à 4ª série foi o mesmo despendido pelos alunos de outros Estados não sujeitos à promoção flexível; não se verificou, pois, o avanço ou o fluxo mais rápido das crianças através dos níveis de ensino, que é um dos objetivos desse tipo de promoção.

As medidas propostas, que devem ser adotadas em cada Unidade da Federação, atendendo às condições que lhes são peculiares, contarão com a colaboração do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos nos seguintes aspectos:

1 - preparo de líderes para instituir a reformulação do ensino e avaliar, a cada passo, os resultados obtidos

2 - apresentação de sugestões e auxílio prático na elaboração de currículos, programas (2) e provas e no preparo de pessoal

3 - realização de pesquisas a curto prazo sobre os pontos críticos a serem atacados nas várias medidas a serem tomadas

4 - apresentação de trabalhos e experiências já vividas nas escolas experimentais do INEP

5 - estudos sobre construções escolares - localização, adequação de condições, custos.

(1) Neste regime, os alunos são promovidos, por exemplo, da 1ª série preliminar para a "1ª série adiantada" e não para a 2ª série. O sistema leva o professor a retardar o processo de alfabetização dos alunos.

(2) O INEP está estudando programas de 9 países dos mais desenvolvidos do mundo, com vistas a colher sugestões para oferecer aos Estados.

V. Cronograma das atividades a serem desenvolvidas até dezembro de 1968

PERÍODO	ATIVIDADE
Setembro/Outubro 1968	<ol style="list-style-type: none"> 1 - Preparo, pelo INEP, de uma prova-diagnóstico a ser aplicada a 10% dos alunos de 1º ano primário da rede escolar pública das capitais dos Estados e Territórios. O objetivo da prova é diagnosticar a situação atual do ensino no 1º ano, tendo em vista fixar a influência que os seguintes fatores estejam exercendo na aprendizagem e rendimento escolar: critérios de promoção, preparo do professor, mudança de professor durante o ano, carga horária, materiais de ensino. 2 - Preparo, ainda, de um questionário destinado aos diretores e outro aos professores das escolas da amostra.
De 1º/novembro a 15/dezembro de 1968	<ol style="list-style-type: none"> 1 - Reunião de estudos com os Diretores dos Departamentos de Educação Primária Estaduais, com os Diretores das Divisões de Educação dos Territórios e respectivos assessôres para encaminhamento da reformulação do ensino primário. 2 - Aplicação, sob a responsabilidade das Secretarias de Educação estaduais e das Divisões de Educação dos Territórios, da prova-diagnóstico do INEP. 3 - Remessa - pelas Secretarias de Educação estaduais e pelas Divisões de Educação dos Territórios - ao INEP, do seguinte material: <ul style="list-style-type: none"> - questionários, devidamente completados, dos diretores e professores das escolas da amostra - listas de resultados, por turma da amostra, das provas-diagnóstico - listas de resultados - por turma da amostra - das provas de promoção a que os alunos tenham sido submetidos, com a indicação da promoção ou reprovação de cada aluno - modelo da prova de promoção aplicada no Estado ou Território e indicação do critério pelo qual os alunos foram promovidos ou reprovados.
2ª quinzena de dezembro de 1968 Janeiro de 1969	<ol style="list-style-type: none"> 1 - Análise estatística dos resultados obtidos nos dois tipos de provas, com vistas a verificar a influência dos fatores já referidos. 2 - Interpretação desses resultados e conclusões a serem tiradas dos mesmos.
Fevereiro de 1969	<p>Considerando as conclusões da pesquisa feita e tomando como base o estudo que está sendo realizado pelo INEP sobre os sistemas de ensino de 9 países de avançado nível educacional, apresentação de sugestões que levem a:</p> <ul style="list-style-type: none"> • critérios mais convenientes de promoção do 1º ao 2º ano • programas mais adequados de 1º e 2º ano • tipos de organização de turmas de 1º e 2º ano

Março de 1969 Julho de 1969	Duas reuniões anuais, de um mês cada uma, para preparar os <u>staffs</u> que irão orientar a reforma.
De março a dezembro de 1969	Assistência técnica, fornecida pelo INEP, às cidades envolvidas na Operação-Escola, para acompanhamento, <u>adequação</u> e <u>avaliação</u> do trabalho.

O cronograma das atividades a serem desenvolvidas a partir de janeiro de 1970 será estabelecido posteriormente, em função das condições de cada uma das Unidades da Federação.

A reformulação a ser empreendida em 1969 atingirá os alunos de 1º e 2º anos, dos pontos de vista de: organização de turmas, adequação de programas e de critérios de promoção e orientação ao professor. Em 1970, deverá atingir, nos mesmos aspectos, os alunos de 3º e 4º anos.

Serão considerados, ainda, outros problemas: programas para a 5ª e 6ª séries primárias; programas para uma escola integrada de 8 anos; entrosamento entre os cursos primário e médio; levantamento das atividades de trabalho que podem ser exercidas por egressos do curso primário, mediante preparo em serviço, levando-se em conta as necessidades do mercado de trabalho.

Tal reformulação, desenvolvida ano a ano, considerando a situação de cada Estado, em caráter experimental, sujeita a avaliações periódicas, permitirá que, em pouco tempo, o ensino primário eleve a sua produtividade - os alunos serão atendidos adequadamente, aumentará o fluxo, diminuirão a repetência e a evasão e a escola formará produtos mais qualificados.

PRODUTIVIDADE (1) DA 1ª. SÉRIE
 NAS CAPITAIS DOS ESTADOS QUE SUBDIVIDEM A 1ª. SÉRIE EM 2 OU MAIS ANOS

QUADRO 1 a
 Evasão e aprovação sem promoção

CAPITAIS DO BRASIL	1965			1966	Diferença entre matrícula e expectativa de matrícula	Evadidos (2) e aprovados num total de 1º ano, não promovidos ao 2º ano
	Aprovados no 1º ano	Reprovados no 2º ano	Expectativa de matrícula no 2º ano	Matrícula inicial do 2º ano		
Mansaus	13.023	761	13.784	7.827	5.957	43,21%
Recife	34.651	2.955	37.606	24.895	12.711	37,3%
Boa Vista	1.625	183	1.808	996	812	44,91%
Goiânia	12.967	1.560	14.527	7.850	6.677	45,96%
Teresina	10.138	1.073	11.211	5.396	5.815	51,3%
João Pessoa	5.486	759	6.245	4.113	2.132	34,12%
Belém	18.728	3.150	21.878	17.470	4.408	20,14%
Aracaju	4.520	803	5.323	3.658	1.670	31,34%
Natal	7.289	1.534	8.823	5.597	3.226	36,56%
Guanabara	44.548	53.282	97.830	75.587	22.243	22,73(3)
T O T A L	152.975	66.665	219.040	153.389	65.651	29,97%

NAS CAPITAIS DOS ESTADOS QUE NÃO SUBDIVIDEM A 1ª. SÉRIE

QUADRO 2 a
 Evasão

CAPITAIS DO BRASIL	1965			1966	Diferença entre matrícula e expectativa	Evasão
	Aprovados no 1º ano	Reprovados no 2º ano	Expectativa de matrícula no 2º ano	Matrícula inicial do 2º ano		
Niterói	10.415	533	10.948	9.600	1.348	12,31%
Curitiba	11.367	1.362	12.729	12.725	4	0,03%
Rio Branco	3.200	333	3.533	1.464	2.074	58,62%
São Luís	5.570	1.302	6.872	6.525	347	5,04%
Maceió	7.601	1.194	8.795	5.321	3.474	39,49%
Florianópolis	3.454	1.067	4.521	4.519	2	0,04%
Porto Alegre	16.574	3.773	20.347	20.197	150	0,73%
Brasília	7.182	2.577	9.759	9.521	238	2,43%
B. Horizonte	27.455	6.382	33.837	32.090	1.747	5,16%
Vitória	2.922	820	3.742	3.629	113	3,01%
Cuiabá	4.874	540	5.414	2.105	3.009	55,57%
São Paulo	112.661	34.362	147.023	152.329	5.306	3,63%
T O T A L	213.275	54.250	267.525	260.325	12.900(4)	6,67%

- (1) A produtividade é maior quando a taxa de evasão e reprovação é menor. Supondo que a taxa de evasão seja idêntica nos dois grupos de Estados, os do 2º grupo terão, em média, mais 24% de reprovações do que consta no Anuário.
- (2) Entre o final de 1965 e o início de 1966.
- (3) Cf. Anuário Estatístico de 1967, Fundação IBGE - Instituto Brasileiro de Estatística.
- (4) Neste total não foi incluído S. Paulo, tendo em vista que a matrícula foi maior que a expectativa, fenômeno que pode ser explicado pelo ingresso na escola de crianças já alfabetizadas e se dá no Estado de S. Paulo em geral.

QUADRO 3

Produtividade dos sistemas escolares das capitais brasileiras até a 4a. série primária (1).

ANO DE 1965

CAPITAIS DO BRASIL (sem subdivisão da 1a. série)	Total de alunos aprovados - 4a. série	Total de alunos da 1a. série (matrícula inicial)	Índice de produtividade (%)
Niterói	5.226	13.466	39
Curitiba	8.913	16.973	53
Rio Branco	517	5.463	9
São Luís	2.623	9.472	28
Maceió	2.338	13.144	13
Florianópolis	2.332	6.179	38
Porto Alegre	11.234	32.961	34
Brasília	3.184	13.136	24
Belo Horizonte	16.493	50.126	33
Vitória	1.613	6.320	26
Cuiabá	962	6.919	14
T O T A L	55.435	174.159	32

QUADRO 4

Produtividade dos sistemas escolares das capitais brasileiras até a 4a. série primária (2).

CAPITAIS DO BRASIL (com subdivisão da 1a. série)	Total de alunos aprovados - 4a. série	Total de alunos da 1a. série (matrícula inicial)	Índice de produtividade (%)
Manaus	3.051	17.521	17
Recife	11.044	41.553	27
Boa Vista	247	2.225	11
Goiânia	2.637	17.627	15
Teresina	1.657	17.311	10
João Pessoa	1.867	10.260	13
Belém	9.213	12.674	73
Aracaju	1.447	7.153	20
Natal	2.456	12.705	19
Guansbara	13.834	209.176	7 (3)
T O T A L	47.503	343.205	14

Observação: A produtividade foi calculada pelo índice $\frac{\text{Alunos aprovados na 4a. série}}{\text{Matrícula inicial na 1a. série}}$

(1) Estados que não subdividem a 1a. série

(2) Estados que subdividem a 1a. série

(3) Dados extraídos do Anuário Estatístico (1967), IBGE.

Lúcia Marques Pinheiro

Uma tarefa complexa: a reformulação de currículos e programas para a educação de 1º grau.

A reformulação de currículos e programas representa uma das tarefas essenciais da reforma do ensino primário e médio consubstanciada na Lei 5692 de 11 de agosto de 1971.

Do encaminhamento mais ou menos feliz do problema muito dependerá o êxito ou fracasso da reforma. Isso porque a reformulação que se pretende realizar não se refere apenas a aspectos administrativos, mas é mais profunda, atingindo a própria orientação do trabalho de classe.

Terão os administradores e estudiosos da educação um papel relevante no propiciar as condições para que a mudança que se pretende ocorra de fato. No entanto, em última análise, a reforma estará dependendo do professor e suas relações com o aluno.

Será, pois, essencial modificar a mentalidade do professor e assegurar-lhe meios que o orientem no sentido visado pela reforma, para que possa desenvolver novos currículos que levem aos objetivos visados.

Essa mudança deverá basear-se na apreensão do espírito da reforma, na compreensão de que toda a orientação da obra educativa, a própria relação professor-aluno devem ser alteradas para que se chegue a alcançar as finalidades postas para a educação de 1º grau. Ela envolve, portanto, uma sólida filosofia da educação, que norteará a escolha dos meios a utilizar e das decisões a tomar em cada caso, já para levar à aquisição de conhecimentos e estruturas de conhecimentos, já para formar hábitos, atitudes, habilidades e interesses desejáveis.

Só desse modo se poderá obter que cada professor se torne responsável pelo papel que lhe couber e apto para desenvolver com seus alunos um currículo dentro do espírito da reforma e das necessidades do homem e da sociedade moderna.

Cumpra esclarecer que, ao nos referirmos a currículo estamos empregando o termo em sua aceção mais ampla, tal como se define na publicação Modern Elementary Curriculum, de Willian B. Ragan. Nesse sentido "o currículo existe nas experiências das crianças e não nos livros, programas ou planos e intenções dos professores. A relação entre currículo e programa é a mesma que entre um mapa rodoviário e a experiência de realização da viagem". Como acrescenta Ragan, "o currículo não corresponde ao conteúdo a ser aprendido senão quando este se torna parte da experiência da criança e na medida em que isso ocorre. Assim, na mesma classe o currículo diferirá conforme o aluno, pois que os vários educandos incorporam mais ou menos conteúdos".

Ora, as experiências das crianças decorrem não apenas dos conteúdos a serem aprendidos, mas dos métodos e recursos didáticos, das relações entre professores e alunos e dos alunos entre si e, até, dos processos de avaliação, como nota o autor referido. E, acrescentamos, depende, em última análise, da filosofia de educação que norteia o professor e dos recursos de que dispõe para pôr essa filosofia em prática.

O Conselho Federal de Educação tornou clara essa orientação, ao fixar que nas séries iniciais de curso a aprendizagem se realizasse por atividades e, nas finais, por áreas de estudos, dominantemente.

Com isso fica banido o ensino tradicional de conteúdos estanques, apresentados pelo método de preleção, de resultados precários, defendendo-se uma fundamentação psicológica mais segura, com base na noção de que a inteligência abstrata repousa na inteligência motora, na ação; levando em conta o problema da transferência da aprendizagem e a necessidade da participação do aluno no processo. E participação, não o esqueçamos, não significa simplesmente ação, mas ação interessada, com compreensão e integração.

A sistemática da reforma determina a fixação de currículo, no sentido mais estrito do termo, como lista de matérias, pelo Conselho Federal de Educação e o enriquecimento dessa tábua curricular pelos Conselhos Estaduais e pelas escolas.

Na fixação desse currículo, no sentido estrito, será importante que os Conselhos Estaduais e, principalmente, as escolas levem em conta as necessidades locais e dos alunos, de maneira a que ele ofereça condições básicas para que possa atender aos objetivos

buscados. Não terá, por exemplo, sentido incluir línguas estrangeiras se não se dispõe, do fato, de professores capacitados para que se obtenha, nessa área curricular, o que se pretende, seja predominantemente conversação (se se trata de área pouco desenvolvida, mas de interesse turístico, digamos), ou leitura, principalmente de textos técnicos (se a população escolar se dirigir a cursos técnicos predominantemente, ou a cursos superiores). Torna-se desejável, por vezes, incluir no currículo mais de uma língua; em outros, uma determinada língua se impõe. O mesmo irá ocorrer com as áreas curriculares ligadas ao trabalho, que irão variar com o local. Parece essencial que as escolas estudem sua clientela e o destino que terá - seja terminando os estudos no 1º grau e prosseguindo até o 2º ou o grau superior - ou se dirigindo ao trabalho e ingressando num trabalho que terá, ou não, probabilidade de se tornar permanente.

As administrações estaduais deverão incentivar essa diferenciação dos currículos, evitando-se currículos fixos comuns para as escolas oficiais, determinados pela necessidade de aproveitar professores. Todo um esforço deve ser feito a fim de que a escolha dos componentes dos currículos seja feita de maneira objetiva, que se justifique pelas necessidades sociais e tipo de clientela. Currículos, embora bem feitos, deverão mudar à medida que novas necessidades surjam, sendo essencial sua permanente avaliação e reformulação, feitas com base nas necessidades sociais e no seguimento dos alunos a eles submetidos.

Entre o currículo, no sentido de tábua curricular, cujo núcleo comum é fixado pelo Conselho Federal de Educação e o currículo com a significação ampla de experiências educativas desenvolvidas pelos alunos, há um trabalho intermediário, a ser desenvolvido pelas administrações, pelos órgãos de estudos e pelas escolas, a fim de guiar, em linhas gerais, o trabalho do professor, assegurando-lhe o auxílio possível para que tenha êxito em sua tarefa. É o trabalho de organização de programas, cuja importância nunca será demais encarecer, especialmente num país que, como o nosso, não apresenta uma tradição feliz nesse sentido.

No estudo realizado pelo INEP intitulado "Serão adequados os programas brasileiros de educação primária?" verifica-se que nossa escola primária, com 3h30m a 4h30m de aula, 5 dias por semana, exige de um aluno do 4º ano o que as escolas suíças, ame-

ricanas e belgas pedem no 5º ou 6º, tendo de 5 a 6 horas de aula diárias e professores de nível superior ao nosso. Sem dúvida, essa é uma das razões da baixa produtividade de nossa escola. Seus efeitos se notam desde o 1º ano - em que muitos Estados exigem matéria adequada à 2ª ou 3ª série - até o curso ginasial, cujos programas não levam em conta as condições psicológicas dos alunos, sendo realmente assimilados apenas pelos mais capazes dentre um grupo já selecionado.

Os instrumentos de avaliação acompanham essa atitude irrealista, que se reflete na própria graduação escolar: não há uma noção clara do que se pede e deve pedir a um aluno em cada série escolar.

Tudo isso se reflete, sem dúvida, nas taxas de reprovação, que nem sempre decorrem de ineficiência dos professores ou dificuldades dos alunos, sendo muito afetadas pelos objetivos inadequados e pelos programas mal dosados, além de pouco integrados às necessidades sociais e humanas.

Falta especialmente - nesse aspecto como em muitos outros - uma mentalidade objetiva, que leve em conta os resultados obtidos na avaliação do rendimento escolar, procure fixar as causas dos insucessos, tome medidas destinadas a superá-los e acompanhe seus resultados, mentalidade essa que precisará caracterizar os administradores e responsáveis pela política educacional em geral, assim como os professores. Falta também comunicação maior entre os órgãos de direção geral do ensino e do estudo, de um lado e, do outro, o magistério, incluindo professores, orientadores e diretores de escola.

Os professores não são ajudados a avaliar seu trabalho em comparação com resultados de outros professores de outras escolas do Estado, do País e até de outros países; não têm, pois, padrões para auto-avaliação, primeiro passo para que possam progredir. Por outro lado, não são levados a participar, com sua experiência, das decisões da política educacional, o que lhes daria a atitude de responsabilidade e asseguraria um sentimento de valorização, estimulador do esforço necessário para as mudanças desejáveis.

São, esses, aspectos que será preciso superar para que a reforma se torne realidade. Todos eles concorrem para que não mude a situação vigente nem se perceba até que ponto cada fator envolvido é responsável pela impossibilidade de aperfeiçoamento.

Os programas constituem um importante fator a levar em conta, quando se visa à melhoria do ensino, podendo facilitar esse aperfeiçoamento no sentido desejado ou, pelo contrário, constituir-se em sério entrave para o desenvolvimento da reforma em pauta.

Constituem, eles, roteiros amplos de orientação ao professor, quanto aos objetivos a visar, aos conteúdos mais válidos para atingí-los, a tipos de atividades que favorecem sua consecução e aos padrões a exigir em cada ano escolar.

A própria conceituação de seu papel revela que não se trata de trabalho simples, que possa ser feito por pequenos grupos de professores, por mais eficientes que sejam, especialmente se se encontram afastados do ensino ou têm pouca experiência das séries escolares às quais de destinam os programas.

Professores destacados geralmente tiveram experiência com turmas de alunos mais capazes, em que conseguiram resultados em grande parte decorrentes de seu valor pessoal e que não se pode esperar da maioria dos professores. Professores de níveis mais elevados, especialistas em uma disciplina, nem sempre vêem o aluno como um todo, nem têm noção da dosagem da matéria a incluir em cada série escolar para os vários tipos de alunos, nem da capacidade do professorado para lidar com as últimas descobertas feitas em seu ramo de especialização. São preciosos como colaboradores, mas a palavra final terá de ser dada pelos que labutam no dia-a-dia da classe.

Essa compreensão já penetrou de há muito nos sistemas escolares mais avançados. São exemplos os trabalhos de Dottrens na Suíça, as reuniões de especialistas europeus sob a égide da UNESCO, o trabalho dos Boards of Education dos Estados Unidos e, mais perto de nós, do Centro Nacional de Investigações Educativas, patrocinado pela UNESCO e com sede em Buenos Ayres, o qual tem por um de seus objetivos "efetuar estudos, pesquisas e levantamentos que permitam a revisão permanente de currículos e programas numa base científica".

No Brasil já tivemos muitos programas ditos experimentais que não atenderam às condições básicas para permitir uma experimentação válida, nem foram aplicados nas condições necessárias a um estudo científico ou avaliados em seus resultados. Assim, será necessário reiniciar a tarefa em bases mais seguras. Além dos cuidados

próprios ao trabalho de elaboração de programas em geral, dever-se-á ter em vista que se trata de programas para uma determinada clientela, com um objetivo geral bem definido e dentro de um espírito que se fundamenta nas conquistas da Psicologia.

Assim, as comissões encarregadas de elaborar os anteprojetos de programa precisarão: ter experiência com o tipo de aluno a que se destina o programa, assimilar o espírito da reforma e dominar uma série de noções essenciais, tais como as de objetivos comportamentais, estruturas de conhecimentos, critérios de seleção de conteúdos, integração, características psicológicas dos alunos nas fases atingidas pela educação de 1º ano.

Precisarão ter em vista o problema de dosagem dos objetivos e conteúdos e as necessárias adaptações dos programas às condições locais, às diferenças individuais e à terminalidade real dos estudos em cada zona. Terão que considerar o problema de ampliação da taxa de escolarização, conduzindo a que ingressem na escola crianças em condições mais desfavoráveis do que as das atualmente matriculadas, bem como a extensão do curso que levará às últimas séries alunos que geralmente eram recusados no exame seletivo de admissão do ginásio.

Será importante que tais comissões disponham de sugestões de programas, colhidas em programas e bibliografia para o aluno de outros países, para que alarguem as perspectivas de visão do problema.

Como ponto de partida de seu trabalho, parece-nos que será essencial um entendimento sobre os objetivos gerais a atingir ao fim dos 8 anos de estudos, levando-se em conta educandos mais e menos capazes. Não nos referimos apenas a objetivos muito amplos, mas a objetivos já fixados com certa precisão. Assim, por exemplo, em vez de desenvolver Interesse,

ter-se-ia

desenvolver interesses por:

- leitura recreativa e para fins de estudo
- continuar a educar-se (educação permanente)
- informar-se sobre o que ocorre no País e no mundo, lendo jornais, livros e revistas e valendo-se dos demais meios de comunicação a seu alcance

- conhecer problemas locais e participar, na medida do possível, de sua solução
- praticar exercício físico, desenvolver um esporte
- aplicar parte de seu tempo livre em atividades de arte: ouvir música, participar de jograis, ou orfeão, ou banda, ou clube de arte etc.

Estabelecidas essas grandes finalidades em vista, inclusive por meio de inquéritos junto a pessoas de variadas profissões e níveis culturais, será preciso fixar objetivos por série escolar, o que deve ser feito em termos comportamentais, isto é, sob a forma de comportamentos que se espera do educando a fim de evitar variedade de interpretações e de facilitar a avaliação do que for obtido.

Tome-se, por exemplo, o objetivo "ser capaz de comunicar-se eficientemente, por escrito e oralmente".

Esse objetivo terá naturalmente de ser precisado, chegando-se a estabelecer que se desdobrará, por exemplo, em:

- 1) Comunicar-se, oralmente, com correção e clareza, em situações como:
 - transmitir um recado
 - relatar um fato ocorrido aos colegas
 - contar uma história
 - resumir ou comentar um livro, um filme, um programa de TV, uma história
 - opinar, numa discussão em classe ou em grupo, avaliando uma atividade, participando de um planejamento, discutindo um problema da turma etc.
 - . esperando a vez de falar
 - . apresentando contribuições positivas
 - . fazendo críticas objetivas e com delicadeza
 - . não monopolizando a discussão
 - fazer uma propaganda no auditório ou em classe com recursos variados (slogans, canto...)

- dramatizar
 - apresentar os resultados de uma pesquisa individual ou de um trabalho em grupo, valendo-se de vários meios de comunicação
- 2) - Comunicar-se, por escrito, de maneira eficaz e com correção de linguagem em situações como:
- . escrita de bilhete
 - . redação de instruções para jogo ou trabalho
 - . escrita de carta social (íntima ou cerimoniosa) e comercial
 - . redação de requerimento, ata, relatório (de excursão, experiência, observação etc)
 - . telegrama
 - . resumo de livro
 - . redação de história
 - . preenchimento de cheque
 - . preenchimento de formulários de vida comum etc.

Fixados tais objetivos, deverão eles ser distribuídos pelas várias séries, de acordo com as condições dos alunos e em dosagem adequada.

É interessante que, na fixação desses objetivos, todos os membros da Comissão opinem e não se divida o trabalho por área de especialização. As experiências em que cada especialista elabora o seu programa para, que depois tente somar seus conteúdos e objetivos, resultam em falta de unidade, inadequação de dosagem e dificuldade de integração. Levam o especialista a se sentir único árbitro de seu programa e a não desejar ceder. Na nova visão que a reforma veicula, em que o importante são as necessidades sociais e o aluno como um todo, as áreas de estudo existem para atendê-los. Essa concepção e o repúdio ao ensino por disciplina no 1º grau estão a indicar esse caminho, que se tornará fácil quando contarmos com o professor polivalente, formado já dentro do espírito da reforma, encarando como fins o aperfeiçoamento do aluno e da sociedade e a matéria como meio.

Será preciso ter-se em vista que o educando apresenta determinadas condições evolutivas e estará sujeito a uma série de estímulos que, para serem eficazes, terão de ser dosados e dirigidos num sentido comum, a fim de que se alcancem os grandes objetivos relativos a estruturas de conhecimentos, capacidade de adaptação do aprendido à realidade e continuidade do curso, fluindo o aluno naturalmente, através das séries escolares.

Assim, após fixar-se os grandes objetivos para as 8 séries da educação fundamental, será essencial estabelecer aqueles objetivos que devem ser atingidos em cada série escolar: objetivos gerais - a serem buscados por todos os professores e específicos de cada área de estudos.

Pode-se chegar a fixar, com base na experiência, que, digamos, no 4º ano, o aluno comum deve ser capaz de procurar, num fichário, livros de determinada área curricular; consultar o índice para buscar uma determinada informação e anotar essa informação e a fonte onde a colheu. Ou se pode vir a estabelecer, como grande objetivo a alcançar, que o aluno seja capaz de realizar anotações durante uma entrevista com um profissional sobre o preparo necessário para exercer a profissão, o valor da profissão, as oportunidades que oferece, as tarefas em que importa. No 5º, por exemplo, pode-se fixar que o educando deve ser capaz de, em face de um grande problema escolhido para estudo (digamos: Por que as regiões brasileiras se desenvolveram diferentemente?) apresentar indagações interessantes, a serem pesquisadas, envolvendo causas e efeitos, domínio de algumas relações entre os fenômenos geográficos e a História - assim, por exemplo, a influência do clima, da proximidade do mar, da facilidade de transporte, da imigração sobre o modo de vida, as formas de trabalho e o desenvolvimento local. São, esses, objetivos que envolvem a área de Estudos Sociais, como a de Comunicação, uma vez que o professor encarregado da orientação da aprendizagem de Português deverá oferecer oportunidades de leitura - de artigos de jornais, revistas, livros - ligadas ao assunto em estudo, isto é, sobre problemas relativos ao desenvolvimento do País, a vida nas várias regiões e de literatura regional.

Entre os objetivos a fixar não se deve descuidar das atitudes e dos interesses porque, mais que os conhecimentos que temos,

o que nos caracteriza são as nossas atitudes morais e sociais, os nossos valores, os nossos gostos. A própria integração e a eficiência profissionais resultam mais dos interesses do que das aptidões, em muitos casos.

Assim, fixados inicialmente, entre os objetivos da educação fundamental, esses vários tipos de objetivos, será preciso fazer sua distribuição pelas séries, tendo em vista que atitudes não se formam rapidamente e exigem o trabalho de todos os professores no mesmo sentido, para que se incorporem, transferindo-se para a realidade. Elas dependem mais do exemplo do professor, de suas reações em face das situações ocorridas e dos recursos didáticos específicos que empregue.

Se se pretende desenvolver, digamos, cooperação, o trabalho deverá ser distribuído através das séries escolares, fixando-se que tipo de comportamento de cooperação esperar dos alunos em cada ano letivo. Por exemplo, no 1º ano pode-se esperar que o aluno traga gravuras ou, se não tiver recursos, desenhos (que podem ser recortados) e objetos sem valia, cujos nomes comecem pelo fonema em estudo no momento (1).

A partir do 2º ano pode-se fixar que as crianças colaborem para constituir uma biblioteca da turma, trazendo um livro de história, ou de leitura simples, obtido por doação, ou então um pequeno auxílio financeiro para a compra de livros.

Já no 3º se esperará, por exemplo, que a criança fique atenta para os colegas do seu grupo que estejam atrasados por doença ou deficiência pessoal, para ajudá-los, na escola ou em casa. No 4º ano pode-se, digamos, fixar que, dado um assunto ou problema, o grupo divida o trabalho e todos tragam a contribuição que lhes for solicitada, cooperando para o trabalho geral...

(1) Para um painel sobre o fonema, montado sobre folha de jornal (se não houver recursos para adquirir corrugado ou papel pardo).

Não será suficiente que o professor encontre, no programa, que se espera de seus alunos a atitude de cooperação; é preciso que seja esclarecido sobre os comportamentos de cooperação que se tem em vista, expressos em termos comportamentais. Só assim poderá concentrar seus esforços no sentido de obtê-los e avaliar se seus alunos alcançaram um grau adequado de desenvolvimento das atitudes visadas.

O programa poderá sugerir alguns tipos de experiências a desenvolver, a fim de se obter os efeitos pretendidos. Não nos referimos à metodologia que, com razão, os países estrangeiros separam em outros tipos de publicações.

A inclusão de orientação metodológica nos programas tem constituído um dos óbices ao desenvolvimento da educação em nos so país. A metodologia varia de acordo com os novos desenvolvimentos das áreas em que se aplica; assim, o desenvolvimento da Lingüística pode levar a repercussões na orientação da aprendizagem de Portugês. Varia também, geralmente, com as descobertas da Psicologia Geral, da Infância, da Adolescência, da Aprendizagem, das Matérias de Ensino. Muda, igualmente, com as descobertas da pesquisa.

Nem sempre os encarregados da elaboração de programas estão a par desses desenvolvimentos. De outras vezes, estão muito avançados nesse sentido, mas sem a vivência do grau para o qual preparar os programas. Desconhecendo a situação real dos alunos e do professorado em geral, são tomados de entusiasmo pelas novas idéias e levados a incluir metodologias ainda não devidamente experimentadas nas condições reais do sistema escolar e que não pod derão ser executadas por todos, de maneira eficiente, sem preparo prévio, concorrendo por vezes para baixar o nível do ensino.

A essas circunstâncias acresce o fato de que progra mas que incluem metodologia tornam-se muito longos, não sendo bem aceitos pelo professorado. Na pesquisa em realização no INEP "Ba - ses para reformulação de currículos e programas para a educação fundamental: dosagem e apresentação de programas de 1º ano" verificou-se que professores se manifestaram contra a inclusão de metodo logia e a favor de programas mais sucintos, em termos claros, fixando objetivos comportamentais e atividades para obtê-los, dentro,

aliás, do espírito recomendado pela decisão do CFE sobre "objetivos e amplitude dos currículos" (Ver Parecer nº 183 de 12/11/71 e Resolução nº 8 de 1/12/71).

A inclusão de metodologia não deve ser feita, mesmo em termos gerais ou implicitamente, sendo essencial que os encarregados da elaboração de programas estejam atentos para que suas convicções pessoais não se reflitam no trabalho em realização, o qual exige objetividade e consideração das condições do aluno e do professorado.

Instruções metodológicas deverão ser objeto de Guias de Ensino e de livros destinados à formação e ao aperfeiçoamento do magistério, e seus autores precisarão estar a par das descobertas nos campos citados e apoiar-se na pesquisa, sempre que possível.

Em nossos programas encontramos atualmente uma série de noções superadas que entram o ensino, principalmente na 1ª série, o ponto mais sério de estrangulamento do nosso sistema escolar. Assim, por exemplo, a idéia de "fase preparatória" destinada a dar ao aluno condições para que "possa" iniciar o ensino de leitura através de exercícios específicos, ou a noção de que entre o início da aplicação do método escolhido e a apresentação do mecanismo da leitura deve haver uma longa fase, destinada à visualização de palavras. Tais noções constituem fatores altamente influentes para o baixo rendimento do ensino, conforme pesquisa do INEP com uma amostra de mais de 50 000 crianças de todas as capitais brasileiras.

Programas há também que insinuam métodos de ensino de leitura, e geralmente os de mais baixo rendimento, o que deve ser evitado.

Por outro lado, aspectos em que seria importante orientar o professor como, por exemplo, a dosagem de leitura a esperar de uma criança de 1ª série, estão ausentes dos programas, havendo professores que, na falta dessa orientação básica, chegam a exigir de alunos de 1º ano leituras de mais de uma página para responder a questionários, obrigando, inclusive, a criança a voltar à página anterior para consultar o texto, o que, evidentemente, só pode ser vencido pelos alunos mais capazes.

A não inclusão de metodologia não significa a ausência de sugestões de atividades, feita de maneira sucinta mas não imprecisamente.

sa e, naturalmente, sem chegar ao nível de exercícios, nem tornar o programa demasiado longo.

Assim, por exemplo, significa incluir metodologia e metodologia superada:

- levar o aluno a distinguir palavras pela forma geral:

pato	roupa
------	-------

Constituem sugestões de atividades pouco precisas:

- realizar entrevistas
- promover debates
- fazer relatórios.

Trazem auxílio ao professor informações mais completas como, por exemplo, para o 4^o ano:

- planejar e fazer entrevistas com dentistas e médicos sobre problemas de saúde e com profissionais vários sobre seu trabalho e a preparação que requer etc.

- participar de debates sobre livros lidos (enredo, características e ação das personagens...), sobre acontecimentos históricos e fatos atuais de interesse (causas, conseqüências, ação das personagens)

- elaborar relatórios sobre resultados de uma experiência, de uma entrevista, de uma excursão.

Deve o programa ser completado por outras publicações de interesse do professor, segundo seu depoimento.

A apresentação do programa será de grande importância, abrangendo desde a sua extensão até os problemas de organização, apresentação gráfica e capacidade de atrair o professor e levá-lo a utilizá-lo dentro das finalidades buscadas.

Essa apresentação deve ser simples e conduzir o professor a sentir a ligação entre objetivos e atividades, sem o que trabalhará sem maior reflexão, arriscando-se a não apreender o espírito da reforma. Em tal situação, as atividades passarão a ser os objetivos do professor, o que constituirá um grave erro: a confusão de

meios e fins. Por isso, não apenas a forma deve ser escolhida de maneira a levar obrigatoriamente à consideração dos objetivos, mas será preciso um esforço complementar de aperfeiçoamento do professor para que o programa atue em toda a sua plenitude.

É mais importante que o professor perceba a mudança de objetivos e planeje, baseado em alguns exemplos e sugestões, atividades para chegar a esses objetivos, do qual venha a realizar atividades sugeridas, sem alterar sua filosofia da educação. Porque os objetivos gerais de educação fundamental não resultam apenas do esforço por levar o aluno a adquirir conteúdos ou, na melhor das hipóteses, estruturas de conhecimentos, embora estas já apresentem um grau mais elevado de atuação na área de instrução. A consecução das finalidades em vista irá decorrer, em grande parte, do exemplo do professor; de sua atuação de todos os momentos, e, especialmente, nas oportunidades surgidas naturalmente; de sua reação diante de determinados acontecimentos da turma ou do ambiente, próximos ou mais distantes, de interesse e ao nível dos alunos; de sua maneira de relacionar-se com os educandos. Tudo isso - e não apenas as atividades que se destinam a desenvolver os conteúdos relativos à instrução - compõe o currículo realizado em cada turma, e é esse currículo que realmente influi para a formação do aluno em todos os aspectos que a educação de 1º grau deve abranger: formação para a vida familiar; para as horas de lazer; para o encaminhamento mais seguro do futuro trabalhador; para o prosseguimento dos estudos; para a cidadania; para a higiene mental; para a defesa da saúde; para a formação do homem completo, integrado no seu tempo e ao seu meio físico e social, desejoso de ajudar o próximo e de contribuir para que a vida de seus semelhantes se torne melhor.

O programa dará uma indicação geral das formas de atuar e dos caminhos e recursos que favorecem o desenvolvimento dos vários aspectos da educação, mas serão os materiais complementares que irão, de fato, orientar o professor mais profundamente nesse sentido.

Entre tais materiais se incluem, por exemplo, com respeito ao 1º ano, os seguintes, que foram os mais votados na pesquisa realizada pelo INEP nas capitais dos Estados de Pernambuco, Bahia, Minas, São Paulo, Rio Grande do Sul, Guanabara e em todas as zonas do Estado do Rio:

- 1 - Recursos para atender a crianças com dificuldades em leitura
- 2 - Planos de recuperação de crianças em leitura e ortografia
- 3 - Provas de diagnósticos das dificuldades dos alunos
- 4 - Materiais para trabalho independente para as crianças mais capazes
- 5 - Orientação sobre recursos de fixação da aprendizagem, conforme os métodos de alfabetização
- 6 - Listas de cartilhas por método
- 7 - Listas de livrinhos que a criança recém-alfabetizada possa ler
- 8 - Orientação sobre o ensino da Matemática.

No que concerne às noções incluídas no programa, poder-se-á chegar a certas sugestões de atividades, como detalhamento das idéias apresentadas e como meio de alcançar os comportamentos fixados em cada caso. Por exemplo, em vez de incluir no programa apenas: "Papel da família e da criança em casa" pode-se acrescentar: Conversas sobre o que fazem os vários membros da família e como ajudam; sobre os trabalhos que os alunos fazem em casa; sobre as tarefas em que podem ajudar; sobre o valor de cada um dar o seu auxílio.

Será preciso ter presente que o tratamento do problema de currículos e programas em bases científicas exige pessoal a isso dedicado com exclusividade e com preparo básico de pesquisa, a fim de que se possa sair da fase de improvisação no que vem atuando, e que, aliada à inadequação das formas de avaliação (que fazem parte do currículo, no sentido amplo do termo), constituem um dos principais fatores que determinam a baixa produtividade de nossos sistemas escolares.

A pesquisa "Fatores que influem sobre o rendimento escolar no 1º ano", realizada nas capitais de todos os Estados e Territórios com uma amostra de mais de 50 000 crianças, revelou que um dos grandes problemas a vencer é justamente o de adaptação dos programas e padrões de promoção, inadequados e exigindo demasiado.

Levamos a criança a um fracasso inicial, a uma experiência negativa para com a escola, o professor e, por vezes, os pais, não raro gerando ansiedades.

O programa de 1º ano torna-se, assim, um aspecto a considerar em especial, a fim de que chegue a uma solução equilibrada. Comparados aos programas estrangeiros, os nossos são demasiado pretenciosos, exigindo, por exemplo, gramática e composição. Em leitura não precisam o ponto a atingir e, assim, ocorre que professores exijam em provas de 1º ano uma dosagem mais adequada ao 3º, considerando as condições psicológicas de uma criança que inicie os estudos aos 7 anos. Em Matemática há programas que chegam a pedir as 4 operações e a escrita de números elevados na 1ª série, para não falar de sistema métrico, numeração romana etc.

Quando se procura corrigir essa situação, recai-se por vezes numa posição extremada, levando-se a criança a ser promovida de nível sem sequer ler uma palavra nova (reconhecendo apenas palavras visualizadas) ou se aplica a promoção dita automática, chegando a criança ao 4º ano ou, até atingindo o fim do curso sem ser alfabetizada.

Sabemos, por inúmeras pesquisas, que a expectativa, boa ou má, sobre a criança e aquilo de que ela é capaz, influi decisivamente sobre os resultados escolares, determinando, em larga escala, a aprovação ou a reprovação.

Será, pois, preciso que um amplo esclarecimento ao professorado o leve a expectativas adequadas.

O programa será fator de maior importância nesse particular, fixando as expectativas razoáveis. Por exemplo, no 1º ano, leitura de palavras, sentenças e trechos curtos, de seu interesse e a sua altura, com todos os fonemas e suas combinações.

Não foi sem razão que o Plano Setorial de Educação e Cultura reuniu o problema do programa ao da avaliação. Programas bem feitos - esclarecendo objetivos comportamentais, dando a dosagem adequada da matéria para o aluno comum e indicando enriquecimentos para os mais capazes e adaptações necessárias para os deficientes - norteiam também a avaliação e facilitam, não apenas a avaliação do rendimento do aluno, mas a da capacidade dos professores e orientadores e, até, o valor do próprio programa.

O problema da 1ª série foi destacado por constituir um dos focos de improdutividade mais graves do sistema, mas a dosagem das demais séries é igualmente inadequada, como vimos no estudo já citado, preparado para a III Conferência Nacional de Educação realizada em Salvador em 1967. O que se exige, no Brasil, na 4ª série, corresponde às exigências feitas para a 5ª ou 6ª, em países como os Estados Unidos, a Suíça, a Bélgica, em que a carga horária é de, no mínimo, 30 horas semanais.

Nossos Ginásios vêm tentando executar um programa próprio para alunos muito capazes, cujo desenvolvimento intelectual ultrapasse a faixa de idade própria de série escolar, se a criança fluir normalmente através das séries escolares.

Segundo as últimas estatísticas de que dispomos, para 100 alunos do 1º ano primário chegam ao 4º ano apenas 24 e ao fim do Ginásio somente 5.

Assim, já altamente selecionados os alunos no Curso Primário; submetidos, depois, ao crivo do exame de admissão pelos professores secundários, essa pequena elite sofre novas seleções através do curso e, em consequência, grande parte se evade, mais cedo ou mais tarde, sem terminar o curso ginasial.

Nessa situação, os menos favorecidos financeiramente e de meio cultural mais pobre de estímulos correm maior risco de serem eliminados e somente os alunos mais capazes e com certa tendência conformista têm o êxito garantido.

Os programas - e, sem dúvida, os métodos de ensino e as idéias dos professores sobre padrões de promoção, que determinam o currículo no sentido amplo - atuam como obstáculos à oportunidade de que todos devem ter de educar-se, tornando pouco produtivo o esforço governamental para fazer progredir o País por meio do preparo de seus homens.

Ora, várias pesquisas já revelaram que o fator humano é o de maior importância na produção: comparando-se o trabalho feito com recursos materiais idênticos, verificou-se que a produção cresce em função do preparo do trabalhador. Outras pesquisas mostraram que o número de anos de escolaridade tem influência decisiva na capacidade de progressão do trabalho, mais do que os anos de expe -

riência profissional. Trata-se evidentemente de anos de estudo bem aproveitados, contínuos e bem escalonados e, não, de anos de repetência, insistindo-se nos mesmos conteúdos, fora do alcance do aluno e num ritmo que ele não pode alcançar.

A educação fundamental - diversamente dos demais graus de ensino que, formando profissionais de carreiras mais altas, requer aptidões e competências especiais - não pode ser seletiva. Ela deve ser o instrumento por excelência da democracia, regime de vida baseado na idéia de que todos devem participar, e participar o mais possível, no empreendimento comum da construção de uma sociedade mais harmoniosa e que dê ao homem mais oportunidades de elevar-se como pessoa humana e de viver uma vida mais plena e mais feliz.

Meditando nos postulados da democracia, especialmente na crença básica de que todos têm capacidades e podem contribuir para o bem comum e o farão tanto melhor quanto mais sua educação permitir, vemos a importância da decisão governamental de assegurar 8 anos de escolaridade a todos.

Será preciso, porém, que uma série de mudanças ocorram e não apenas na estrutura das escolas ou dos sistemas escolares, para que tal esforço seja bem dirigido e eficaz. Essas mudanças devem atingir o professor e o que se passa na sala de aula, sem o que as idéias fundamentais da reforma se perderão. Será preciso que o professor se inicie no novo espírito que se pretende implantar; que perceba que é a peça-chave da mudança; que mude, ele próprio, para que sua ação possa ser diferente; que assuma a responsabilidade de levar a efeito a reforma e deseje adquirir os instrumentos para isso.

Para que a reforma, no que respeita ao 1º grau, em especial, atenda às necessidades democráticas, será preciso que sua própria implantação seja feita em bases democráticas.

Isso significa dar responsabilidade ao magistério. E quando nos referimos a magistério incluímos aqueles cuja função é apoiar o professor, dando-lhe meios mais eficazes para que desenvolvam bem a obra educativa que se passa no interior de cada aluno e com maior ou menor eficácia segundo a orientação do professor.

Referimo-nos a administradores dos sistemas escolares, orientadores, diretores de escola e a todo o magistério dos cursos de formação e aperfeiçoamento de professores.

Não será razoável esperar que o professor do 1º grau, acostumado a um tipo de escola seletiva e não esclarecido sobre a mudança desejada, compreenda a necessidade de aperfeiçoar-se e adquira a responsabilidade pelo seu próprio aperfeiçoamento, se antes ele não se tiver capacitado da importância da reforma a empreender, através de um diálogo com as autoridades e as instituições de pesquisa, em que perceba o esforço a empreender, valorize os fins a conseguir e compreenda que tem muito a dar e precisa corresponder ao desafio da reforma, atuando de maneira mais esclarecida e capaz.

Alguns dos problemas em que o professor mais pode auxiliar são os relativos à dosagem dos programas para os vários tipos de alunos, à apresentação e conteúdo dos programas, aos materiais auxiliares necessários para a implantação dos novos currículos.

Na pesquisa que está sendo empreendida pelo INEP, registrou-se o grande interesse do professorado e sua satisfação em ser ouvido.

Será esse um problema a que as comissões estaduais deverão atender: além de terem como colaboradores diretos professores de todas as áreas, provenientes do Curso Primário e do Ginásio, precisam ouvir os professores, em geral ou por amostragem, sobre os aspectos citados, depois de esclarecê-los sobre a mudança da escola seletiva para a escola democrática para todos.

Só assim se poderá ter base para um programa que funcione como experimental com razoável expectativa de corresponder ao mais adequado.

Ligadas a esse problema estão duas questões de maior importância, a serem consideradas pelas Comissões: a dosagem e a seleção dos conteúdos, levando em conta as diferenças individuais, a terminalidade real da escola no local e o tipo de vida aí dominante.

Desenvolver com os alunos mais fracos, "na medida do possível", o programa preparado para os mais capazes, não parece uma solução razoável; o programa para os alunos mais fracos deve conter realmente o essencial, o realmente importante para suas vidas: lei-

tura no mais alto nível que suas condições permitam - recreativa, informativa, de instruções de trabalho; experiências de comunicação oral e por escrito de bilhetes, cartas, anotações; conceito e prática das operações com inteiros e decimais; percentagem; conhecimentos e práticas que levem à defesa eficaz da saúde, estruturas de conhecimentos e atitudes básicas para uma cidadania consciente e ativa. Essencial será também o desenvolvimento da educação física - com compreensão de suas relações com os problemas de saúde - e das manifestações artísticas para expressão pessoal e comunicação, tendo em vista os efeitos dessas áreas curriculares sobre a higie-
ne mental e o desenvolvimento da personalidade.

O programa para os alunos menos capazes poderá ser indicado em linhas amplas, sem divisão por séries, a fim de evitar-se o perigo de ser adotado para todos os alunos (tal como tem ocorrido com a carga horária, em que os números previstos na Lei estão conduzindo à redução de cargas horárias já deficientes, nas séries finais da educação de 1º grau).

Nesse programa não podem ser esquecidos as atitudes e os interesses a desenvolver (especialmente o interesse por continuar a estudar, ou seja, a educação permanente) e o preparo para o estudo e para o trabalho ou para a escolha da ocupação, que deverão merecer ênfase especial.

Como solução a ser adotada, pelo menos até que o professorado seja devidamente esclarecido, julgamos preferível organizar um programa para o tipo de aluno mais comum, indicando sugestões de enriquecimento para os mais dotados e um programa global para os menos capazes, com as características referidas. No estudo experimental do programa, isto é, no acompanhamento do seu resultado, será importante verificar qual a percentagem de alunos submetidos a cada tipo de programa, a fim de evitar que a baixa expectativa dos professores leve a desenvolver o programa mínimo com alunos de maiores possibilidades, uma vez que se sabe que a expectativa baixa do professor reduz as possibilidades de aprender do aluno. Se mais de 20% dos professores se decidir por esse programa, o problema de verá ser objeto de estudo: a menos que o programa feito para os alunos médios esteja mal dosado, estará havendo uma interpretação errônea a respeito.

Oito anos de escolaridade obrigatória constituem um mínimo, pois praticamente em todos os países desenvolvidos a escolaridade mínima no 1º grau é de 9 anos. Assim, não se deve pensar em realizar o curso em menor número de anos, levando o aluno bem dotado a realizar níveis sucessivos de escolaridade em um ano. Programas realmente bem organizados supõem níveis crescentes de maturidade geral, ligados à idade e não apenas a condições de inteligência, sem a experiência de vida correspondente. O aluno bem dotado deve enriquecer seus conhecimentos dentro do nível, aprofundando os assuntos estudados, lendo, pesquisando mais intensamente que os demais, desenvolvendo projetos pessoais ou de grupo. A mudança de nível o levaria a, chegando a determinados níveis, fracassar por falta de desenvolvimento geral. Será preciso ter em conta que crianças bem dotadas intelectualmente não raro não se desenvolvem harmoniosamente, e é importante que o façam, aprendendo a conviver, a aceitar as deficiências dos outros, a interessar-se pelo bem comum, uma vez que potencialmente serão os líderes de amanhã.

As conquistas da Psicologia, especialmente os estudos de Piaget, devem ser levados em conta na elaboração dos programas.

Não nos referimos, no caso, a crianças bem dotadas que entrem na escola com atraso de idade e que podem e devem ser incentivadas a realizar mais uma série num ano, selecionando-se os aspectos mais importantes do currículo - por exemplo, o desenvolvimento de hábitos e habilidades de estudo - e eliminando-se ou reduzindo-se seus aspectos menos significativos.

Os problemas de terminalidade e de adaptação local dos programas assumem também especial importância. O INEP poderá oferecer subsídios nesse sentido aos Estados e Territórios, pois está terminando um trabalho de entrevistas com especialistas locais sobre aspectos a ressaltar em áreas como Medicina, condição geo-econômica, História, Alimentação, Folclore, Arte Popular, instituições que podem servir à escola, problemas e empreendimentos locais.

A Lei 5692 se refere explicitamente a esses problemas ao tratar, por exemplo, do preparo para o trabalho em certas regiões. Os aspectos a considerar no caso são complexos, incluindo seleção de conteúdos, orientação da aprendizagem e distribuição dos conteúdos pelas séries escolares. Seria também importante verificar

as várias terminações reais do ensino em cada Estado - digamos do nível da 4ª, 6ª e 8ª séries, adaptando-se os programas a essas terminalidades. Noções que, em condições normais de alunos que alcançam até à 8ª série, podem ser programadas para a 7ª, devem ser antecipadas - se as condições da criança permitirem - para a 4ª, caso a escola termine nesse nível. Isso se facilitará inicialmente pelo ingresso tardio na escola dos alunos na zona rural, em que os alunos de 4ª série podem ter - desde que a orientação da aprendizagem seja adaptada desde o início do curso - um desenvolvimento equivalente ou maior do que seus colegas da zona urbana que iniciam o curso aos 6 ou 7 anos. Nesse caso, a idade dos alunos é elemento da maior importância a considerar.

A reformulação de programas para atender a esses casos deve levar em conta os conhecimentos indispensáveis à vida comum e às formas de trabalho locais, o preparo para a cidadania e o lazer, considerando-se que no campo se necessita tanto ou mais do que na cidade de diversões e formas de expressão pessoal mais ricas, a fim de se evitar o êxodo para a cidade de populações despreparadas, mais facilmente assimiláveis pela agricultura, a pecuária e as formas de trabalho da zona rural.

Assim, o programa de Comunicação e Expressão deverá desenvolver mais intensamente, nesses casos, a leitura coral, o gosto pela literatura, a frequência à biblioteca local ou a organização de clubes de leitura na escola, os teatros, jograis, orfeões. O programa de Ciências deve dar ênfase à defesa da saúde, envolvendo Puericultura e Primeiros Socorros. O de Integração Social precisará preocupar-se em desenvolver o interesse pela comunidade, suas formas de vida e trabalho, os problemas existentes, os empreendimentos desejáveis, as formas de participação possíveis do cidadão, exemplos dessa participação no local e em comunidades em idêntico estágio de desenvolvimento ou mais atrasadas. Os programas de Educação para o Lar deverão ser antecipados, assim como certas noções básicas sobre as formas de trabalho locais e o desenvolvimento do interesse por esses trabalhos.

Situações idênticas, mas já permitindo objetivos mais completos, ocorrerão nas regiões em que a terminalidade alcançada é a 5ª ou a 6ª série.

Outra preocupação dos organizadores de programas deverá ser a de evitar o ensino estanque de disciplinas, aliás, desautorizado pela Lei, que indica como desejável para as 1^{as} séries, o ensino por atividades e, para as séries finais, por áreas de estudos.

Esse desiderato terá de ser alcançado em níveis diversos de eficiência, conforme a escola e o preparo do professor, até se chegar a um grau de desenvolvimento em que o programa possa ser da escola e até da turma, o que requer um preparo muito alto do professor e dos administradores. É o que ocorre, por exemplo, na Inglaterra, em que há o cuidado de assegurar previamente o preparo do diretor e selecionar realmente líderes para esse trabalho, só implantando essa filosofia nas escolas em que há condições para tal.

Nesse caso, como no da promoção flexível, parece-nos que qualquer antecipação das medidas, sem preparo conveniente, redundará em fracasso e comprometerá uma solução válida para o futuro, quando existirem condições mais favoráveis. A experimentação pedagógica em algumas escolas sob a forma de projeto-piloto impõe-se no caso.

Outro aspecto a estudar é o da apresentação do programa, a fim de facilitar a integração das matérias entre si e com a vida: integração externa e interna.

Havendo muitas idéias inadequadas com respeito à integração e ao chamado "ensino globalizado", parece-nos essencial certo esclarecimento a respeito. A globalização não é um fim em si, isto é, não se deve sacrificar o tempo e o conteúdo para globalizar. A globalização artificial, que tem sido a mais freqüentemente tentada entre nós, não atende às finalidades buscadas, nem é aceita pelo professor.

Será, pois, preciso fixar as idéias sobre por que, para que e em que medida tentar uma globalização, a fim de que se evitem tentativas frustradas.

Na vida, raramente deparamos um problema dos tipos que a escola apresenta. Em Matemática, por exemplo, os dados não aparecem separados para serem trabalhados, mas em meio a situações comple-

xas: se vamos fazer compras, temos, não raro, um limite de orçamento e devemos decidir que quantidade do produto desejado a quantia disponível permite adquirir; o preço da mercadoria nos conduz, por vezes, a buscar um substitutivo (e precisamos saber o que pode funcionar como tal).

Se temos que obter um documento, não basta saber qual é; é necessário saber como obtê-lo, consultando a lista telefônica e talvez um guia de ruas e assim por diante: temos que desenvolver atividades que raramente envolvem apenas uma matéria. Ora, sabemos que a aprendizagem se transfere tanto mais quanto mais semelhantes as situações da escola e da vida fora dela. O estudo de disciplinas estanques, apresentadas de maneira lógica, por preleção, e levando, no máximo, a experiências ratificadoras ou a exercícios de aplicação (não raro resolvidos no quadro pelo professor e imitados, sem maior compreensão, pelos alunos) nem sempre funciona nas condições reais.

Dai a necessidade de que denominamos integração com a realidade, isto é, a apreensão e o uso do conhecimento em situação real ou que imite o real - em lojinhas da escola ou, por exemplo, em dramatizações de compras na turma. Esse tipo de orientação de aprendizagem - por atividades o mais possível semelhantes às da vida real, simplificadas e devidamente graduadas - será visado desde o 1º ano, devendo o programa auxiliar o professor a mudar nesse sentido.

Nas séries finais do curso, recomenda o Conselho Federal de Educação a aprendizagem por áreas de estudo, que sugere uma outra forma de integração, diversa da externa, a que referimos: a integração dos conhecimentos afins, a qual pode ser obtida de maneiras várias. Assim, por exemplo, podemos unir as áreas de expressão oral, expressão escrita e gramática.

É comum ligar-se, por exemplo, a leitura e a gramática partindo de textos literários para o ensino da gramática, o que nos parece ter inconvenientes de poder influir negativamente sobre o desenvolvimento do gosto pela literatura, prejudicando em parte seu valor de atuação sobre os sentimentos e emoções. Já a ligação de gramática com leitura para fins de estudo parece mais adequada.

Pode-se também pretender correlacionar as várias áreas curriculares; isto é, planejar o trabalho de modo a dar, ao mesmo tempo, tópicos ligados de várias áreas curriculares. Esse processo não é fácil de executar, exigindo um contínuo entrosamento dos professores: pode manter, de certo modo, o ensino por "disciplinas" estanques apenas se tocando nesse ou naquele momento.

A aprendizagem por áreas de estudo pressupõe uma mudança mais sensível, necessária se se meditar para o fato de que não se deseja que o aluno adquira apenas conhecimentos isolados, logicamente organizados e apresentados de maneira sistemática, mas que chegue a estruturas de conhecimentos.

Os tipos de generalização que as estruturas de conhecimentos supõem não se confundem com as regras dadas pelo professor e até mesmo se opõem a esse tipo de orientação: são conquistas do aluno e só se tornarão possíveis se forem criadas condições para tal. Constituem formas de conhecimentos de uso mais amplo, que se aplicam a uma série de problemas de vida, de trabalho e de estudo, inclusive à própria conquista de novos conhecimentos. Supõem participação ativa do aluno em problemas reais, que quase nunca envolvem apenas uma área curricular.

Terão as estruturas de ser fixadas pelos organizadores de programas previamente à seleção dos conteúdos, por constituírem grandes objetivos a serem visados. São muito importantes, tanto para os que vão prosseguir os estudos, como para os que devem obter na escola de 1º grau o essencial para sua vida, estruturas como: tudo que ocorre tem uma causa. É comum, principalmente nos problemas sociais e humanos, haver mais de uma causa atuando.

Relações sociais harmoniosas são desejáveis. Elas são facilitadas se procurarmos compreender as razões dos pontos-de-vista e das ações dos outros.

Não se pode esperar que o Governo se encarregue de resolver todos os problemas sociais: podemos e devemos auxiliar, na medida de nossas possibilidades.

É importante que demos nossa contribuição em trabalho, inclusive no lar. É também importante que tenhamos condições de higiene mental, desenvolvendo pelo menos uma forma de arte, um esporte, aprendendo a apreciar diversões saudáveis.

Saúde vale muito porque torna a vida melhor e leva a maior capacidade de trabalho. Temos o dever de defender a nossa saúde como a dos que nos cercam: a higiene e a alimentação adequadas são meios de obtê-lo.

As Cooperativas são de grande valor para todos.

Esses tipos de conhecimentos devem ser de tal modo assimilados que impregnem a vida, determinando as reações do educando na escola e fora dela. Devem ser levados em conta na integração das atividades da escola com a vida e na integração dos conhecimentos em áreas de estudos.

A noção de integração é bastante ampla, variando conforme o autor. Para Ragan há duas grandes formas de integração do currículo:

- 1) em ~~torno~~ das atividades e interesses do aluno: por construções, jogos, excursões, dramatizações, histórias etc;
- 2) em ~~torno~~ das necessidades sociais.

Parece-nos possível conciliar os dois aspectos, visando aos objetivos sociais e utilizando - como meios de atingi-los - as necessidades e interesses do aluno.

De início a criança tem menos capacidade de concentrar-se e desenvolver, durante tempo apreciável, uma atividade; daí serem aconselháveis atividades breves que podem, porém, incluir mais de uma matéria. As crianças de 1º ano, já alfabetizadas, preparam vocabulários ilustrados individuais, em que desenham e fazem coleção, escrevem palavras iniciadas por certo fonema e, até, algumas sentenças. É atividade que, bem explorada, pode durar um mês, na base de, digamos, quarenta minutos por dia, incluindo comentários do professor e leitura de algumas palavras ou sentenças pelos alunos.

Podem também, no fim do 1º ano ou início do 2º, preparar livrinhos sobre a vida de animais e, até, pequenas histórias. Mais tarde podem participar de programas de "TV" da turma, em que lêem, dramatizam etc.

Projetos de estudo em que as crianças escolhem o assunto, fazem as perguntas, pesquisam as respostas, podem ser desenvolvi-

dos desde o 3º ano e, assim, a resolução do CFE de que na parte final do 1º grau se faça o ensino por áreas de estudo não oferece dificuldades maiores se o professor for preparado para tal.

Na falta desse preparo pode e deve o programa ajudá-lo a encontrar o caminho conveniente, apresentando alguns assuntos gerais que podem ser desenvolvidos de maneira integrada, a título de sugestão.

Com o fim de construir programas para experimentação em suas escolas ou outras que o desejem, constituiu o INEP uma comissão de professores de todas as áreas curriculares, com experiência de Ginásio ou de Curso Primário, no mínimo 2 e no máximo 4 por área e grau. Após as etapas que já apresentamos como desejáveis num trabalho dessa natureza, decidiu-se que a partir da 6ª série a integração se faria inicialmente partindo de Geografia, História, Organização Social e Política Brasileira e Educação Moral e Cívica, na área de Estudos Sociais.

Essa decisão corresponde ao que estabelece o CFE no Parecer 853/71:

"O legado de outras épocas e a experiência presente de outros povos, se de um lado devem levar à compreensão entre os indivíduos e as nações, têm que, de outra parte, contribuir para situar construtivamente o homem em sua circunstância".

"Para sublinhar esta última função, introduziu-se nos Estudos Sociais um terceiro ingrediente representado pela Organização Social e Política do Brasil. Vinculando-se diretamente a um dos três objetivos do ensino de 1º e 2º graus - o preparo ao "exercício consciente da cidadania" - para a OSPB e para o Civismo devem convergir, em maior ou menor escala, não apenas a Geografia e a História, como todas as demais matérias, com vistas a uma efetiva tomada de consciência da Cultura Brasileira, nas suas manifestações mais dinâmicas, e do processo em marcha do desenvolvimento nacional".

Os Estudos Sociais "constituem um elo a ligar as Ciências e as diversas formas de Comunicação e Expressão" e "colocam no Centro do processo a preocupação do Humano" (Pareceres citados - Reforma do Ensino, 1º e 2º graus - MEC - 1971 (Págs. 20 e 31).

As grandes estruturas a desenvolver até o final do curso seriam: as formas de vida atual, que são o resultado de um longo esforço das gerações que nos precederam, tentando vencer os problemas com que se depararam, em busca do bem estar, do progresso, do aperfeiçoamento humano. Há uma série de problemas atuais que a humanidade tenta resolver, a fim de melhorar as condições de vida dos que virão depois. Devemos ser gratos aos que nos precederam e contribuíram para melhorar nossas condições de vida e, por outro lado, dar a nossa parte no esforço pela elevação do homem e de su as formas de vida.

Assim, nesse programa em Estudos Sociais, o aluno irá perceber como o homem chegou a construir a cultura, os problemas que enfrentou para resolver suas necessidades básicas; os costumes , regras, direitos e deveres nos 1º grupos; as formas iniciais de organização política e sua evolução; as atividades econômicas do homem e seu desenvolvimento; as atividades culturais - as invenções, os valores éticos e estéticos; o esforço do homem por assegurar a conservação do patrimônio cultural (tradição, folclore , monumentos, língua) e para renovar e transmitir esse patrimônio (educação, literatura, arte em geral). Esse estudo se fará em torno de 3 grandes problemas: 1) o homem ocupa a terra; 2) o homem cria a cultura; 3) o homem transmite a cultura.

No 7º ano a evolução do homem na terra é estudada do ponto de vista histórico, também em torno de três grandes assuntos: 1) o homem na Pré-história; 2) o homem e o campo (Antiguidade, Idade Média e Idade Moderna); o processo de industrialização (Idade Contemporânea). Dentro desses grandes temas, situam-se outros como , por exemplo, na Idade Moderna, a ampliação dos conhecimentos pelo homem; a descoberta de novas terras e novos caminhos de comércio; o homem cria máquinas; aperfeiçoa a máquina; o homem no mundo de hoje; a procura de paz.

No 8º ano volta-se ao Brasil, estudando-se em particular os grandes problemas atuais, ao nível dos alunos.

Essa perspectiva histórica - o homem evoluindo, criando o progresso - foi escolhida não só por corresponder às estruturas básicas mais importantes que se tinha em vista desenvolver, como por oferecer uma linha que favorece a integração dos demais campos de estudos dentro dos grandes problemas citados.

Assim, em Ciências, no 6º ano se estuda a ação do homem sobre o meio, procurando situar-se no tempo, conhecer os animais e vegetais que lhe podem ser úteis e de que se deve defender, resolvendo problemas de defesa da saúde etc., até chegar à conquista do espaço. Em Matemática, a visão histórica permite selecionar aqueles aspectos de interesse social e introduzi-los partindo de sua conquista pelo homem, ressaltando-se, assim, o aspecto de ligação do saber com a vida real, de crescimento do poder sobre o meio pelo esforço humano, de aplicação da Ciência à vida.

Não há no programa uma preocupação com a correspondência dos assuntos no tempo, nos vários campos de conhecimento, embora se procure escalonar os problemas de modo que as noções básicas de outras matérias sejam tratadas antes ou no momento em que se tornam necessárias.

O aluno está concentrado num grande assunto - o homem conquistou o progresso - o qual permite integração com a realidade e uma integração interna, em termos amplos, nas áreas de estudos.

O esforço de correlação - isto é, o estudo de assuntos relacionados das várias áreas curriculares, ao mesmo tempo, terá de ser um produto do esforço das escolas. No entanto, o programa propicia condições tais que, mesmo que este falhe, uma integração em termos amplos seja conseguida.

Essa é uma condição que, uma vez obtida, torna as atividades escolares muito mais interessantes e eficazes.

No caso dos Estados, uma vez preparados programas experimentais e ouvido o professorado sobre sua dosagem, apresentação e materiais necessários à sua implantação, devem eles ser experimentado sob a forma de projetos-piloto em algumas escolas que representem o conjunto e que ficarão sob controle, no sentido de se verificar os problemas surgidos, a reação dos professores, o rendimento dos vários tipos de alunos, a fim de se poder tomar os cuidados prévios necessários à generalização da aplicação mais tarde.

Essa orientação racional, baseada no método científico e na pesquisa, levará à economia de esforços e recursos e permitirá caminhar com segurança.

A viabilidade do programa ou programas que forem organizados irá depender do preparo do pessoal que os executará e dos materiais auxiliares disponíveis. Os programas terão de ser permanentemente estudados e aperfeiçoados.

Assim, será preciso que em cada unidade haja um grupo especialmente preparado que se encarregue desse acompanhamento e do estudo dos problemas de currículos e programas sob forma científica. Um exemplo de trabalho desse tipo foi por nós observado na cidade de New York, cujo Board of Education tinha um setor encarregado do assunto. Cada ano o programa de uma área era reestudado. Algumas escolas eram destacadas para esse fim, seus professores preparados e assistidos e se verificava se os alunos venciam, nessas condições, o previsto no programa. Se não o dominavam e o tópico era de interesse, ele era experimentado em série mais alta, chegando-se a fixar a dosagem e graduação adequadas do programa.

Entre nós só agora se vem firmando, com o Projeto 23 do Plano Setorial de Educação e Cultura, essa conceituação de currículos e programas como objeto de experimentação, de pesquisa, o que significa um grande e decisivo passo na solução do problema.

É preciso acentuar ainda a prudência da administração atribuindo a essa fase de experimentação básica um período mínimo de 4 anos - o 1º dos quais, o de 1972, para os estudos iniciais anteriores à implantação do currículo, ressaltando a necessidade de preceder a implantação dos novos currículos de preparo do magistério, o que o referido Projeto prevê para dezembro de 72.

As fases previstas no Projeto devem ser respeitadas. É preferível um retardamento na implantação da reforma por partes, de maneira mais segura, do que uma precipitação que venha comprometer o rendimento do ensino e a própria ideologia de desenvolvimento.

A área de currículos e programas é hoje um permanente desafio aos educadores.

Desafio que exige, para ser vencido, seriedade e espírito científico.